

Poder Popular

Director: Eduardo Ferro Rodrigues

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 48 21 de Julho de 1976 Preço 4\$00

- Decreto contra o controlo operário
- Aumentos de preços e restrições à energia
- Despejos continuam
- Fascistas regressam
- Publicadas as provocações denominadas "Anexos ao Relatório do 25 Novembro"
- Carlucci passeia de tanque!



Luis Moita ao Poder Popular

"Conquistemos a liberdade completa para Otelo e todos os militares progressistas"

ANGOLA

Derrotado, o Imperialismo
não desarma

Também a política externa
da China foi derrotada!

O julgamento dos mercenários

As manobras do PCP

**ESTÁ NA NOSSA MÃO
A POSSIBILIDADE
DE OPORMOS
À ESCALADA DA DIREITA
UMA SÓLIDA BARREIRA
DE UNIDADE E LUTA!**

**I CONFERÊNCIA DE QUADROS
DA O.R. DE SETÚBAL**

FUNDOS PARA O Poder Popular

Continua em aberto a campanha de fundos em apoio do «Poder Popular», para a qual é fundamental a tua contribuição. O envio regular de fundos para o nosso jornal é um dever militante!

Prosseguimos a publicação dos resultados já obtidos com esta campanha:

Transporte	24 481\$50	José Maria	30\$00
SACAVÉM		José Sequeira	20\$00
Manuel	2\$50	Diogo Lopes	20\$00
A. Custódio	50\$00	Fernando Silva	60\$00
Chamusca	10\$00	Anónimo	20\$00
Martinho	2\$50	Anónimo	20\$00
A. Serrado	20\$00	Teresa Cruz	50\$00
Luis	20\$00	LISBOA	
Serralheiro	5\$00	João Pinho	200\$00
Anónimo	16\$00	Amílcar Valdagua	200\$00
Abílio	11\$00	Albertina	100\$00
Dimas	10\$00	Vitória	40\$00
A. Esteves	10\$00	Virgílio	20\$00
José Sá	10\$00	Oscar Santos	50\$00
VIANA DO CASTELO		Rui Graça	20\$00
1 professor	10\$00	Machado	20\$00
1 professor	10\$00	Ligia	20\$00
outro professor	30\$00	Fernandes	20\$00
um outro professor	50\$00	E.	20\$00
Chico	10\$00	Lisa	20\$00
Anónimo	10\$00	J. Ferreira	20\$00
João	20\$00	Coutinho	10\$00
um trabalhador	20\$00	Dolores	20\$00
Empregado de escritório	20\$00	Correia	20\$00
Anónimo	10\$00	OVAR	
Anónimo	20\$00	Um amigo	70\$00
MANGUALDE		Outro amigo	100\$00
M. Pintor	129\$50	Outro amigo	25\$00
José Gomes	30\$00	Outro amigo	50\$00
Anónimo	12\$50	Outro amigo	50\$00
José Carvalho	7\$50	Um «teso»	7\$00
Nelson Carvalho	20\$00	Um camarada	27\$50
Anónimo	5\$00	Operário português da CFDT	500\$00
Anónimo	10\$00	LONDRES	
Chessman	10\$00	V. Santos	580\$00
Carlos	20\$00	GENEبرا	
Rui Santos	20\$00	José M. Bogalho	500\$00
Carlos M.	20\$00		
Toni	20\$00		
Anónimo	14\$00		
A. Barreiros	20\$00		
Anónimo	20\$00		
Augusto D.	10\$00		
César Joaquim	30\$00		28 955\$00

FUNÇÃO PÚBLICA

Estatuto sindical votado, a luta continua!

Os TFP têm finalmente o seu estatuto sindical. Esse estatuto — o do projecto A — afecto à actual direcção provisória, se tem o mérito de eliminar o direito de tendência, tem o defeito de consagrar estatutariamente o centralismo da Assembleia Regional de Delegados, órgão de cúpula até agora incapaz de impor à direcção uma correcta condução das lutas dos TFP. Estamos assim perante o facto de termos uma assembleia com grandes responsabilidades na nossa organização sindical que continua a sancionar métodos que são verdadeiras traições aos trabalhadores.

Senão vejamos o resultado da ARD de 6/7/76 sobre a luta contra o dec-lei dos adidos: como forma de luta aponta para o esclarecimento nos locais de trabalho e para um dia de greve quando se exigir ao Governo negociações para alterar parte do dec.; aprovou ainda o contacto apenas com o novo Governo, uma vez que, «a força política que o vai constituir já declarou o seu repúdio pelo dec-lei 294/76».

Assim a CDRP propõe e a ARD dominada pela mesma linha política — a do PCP — aprova, formas de pressão sobre o Governo sem qualquer significado sem chegarem mesmo a constituir algum perigo e portanto sem terem nenhum efeito mobilizador dos TFP. Ao mesmo tempo

define o PS como interlocutor; isso levanta-nos a seguinte questão: Será que a CDRP quer utilizar os TFP no «jogo» da «maioria de esquerda», não definindo para já formas de luta que ponham o futuro Governo em causa, mantendo-se assim na expectativa de negociações em que se contentará com conciliações (para as quais já prepara o caminho deixando por ex. de falar na revogação total do 294/76 para passar a referir a supressão parcial) ou caminhará para formas de luta mais radicais, conforme convenha à política de governo do PCP? Seja como for, tal acção só leva à traição aos trabalhadores subordinados, pela direcção sindical, ao jogo partidário da tomada de lugares no aparelho de Estado.

Com tal situação a nível sindical temos e teremos enquanto trabalhadores da FP grandes dificuldades em enfrentar um Governo que, com o fim último de tornar produtivo, sob a óptica capitalista, o aparelho de Estado faz, por um lado, surgirem medidas de aumentos de vencimentos (reclassificações, diuturnidades e aumentos salariais em 1977) e por outro lado toda uma legislação repressiva (pode-se falar numa repressão selectiva ao lermos o Dec. 294/76 de 24 de Abril de 1976), o desp. antigreve de 5 de Abril de 1976, etc.) visando funda-

mentalmente:

1. Reforço da hierarquia, muito abalada após o 25 de Abril pelo hábito de discussão colectiva dos problemas dos trabalhadores, e que agora se procura reforçar com a legalização da denúncia por parte dos chefes de todos aqueles que adiram minimamente a movimentações de trabalhadores (desp. antigreve de 5 de Abril de 1976). A isso ajuda bastante a possibilidade de um trabalhador ser passado ao Quadro de Adidos como é preconizado no 294/76; se acrescentarmos a isso que a passagem aos adidos implica redução de ordenado para 60 por cento e o despedimento se não for aceite a primeira colocação proposta, vemos bem a situação em que passa a encontrar-se o trabalhador do Estado que, de uma qualquer forma, não se mostre suficientemente enquadrado no sistema.

2. Eficácia dos serviços com vista a tornar o Estado um real ajudante dos capitalistas, papel aliás que desempenha nas avançadíssimas democracias que todos os dias os ideólogos «democratas» nos servem a todas as refeições.

3. A despoletação das lutas dos trabalhadores através:

a. da divisão entre adidos e efectivos, entre os dos quadros paralelos e os quadros propriamente ditos.

b. Da desmobilização de sectores mais recuados, sobretudo mobilizados pelas reivindicações economicistas.

c. Da desorganização dos seus órgãos representativos pela aplicação do dec-lei referente às CTs que limitando o n.º dos seus membros e a sua acção torna ineficaz a sua existência.

O repúdio generalizado desses objectivos constitui uma base de mobilização dos TFP que devemos saber aproveitar fazendo nos nossos locais de trabalho e da ARD propostas que defendam os interesses dos trabalhadores.

A Coordenadora da Função Pública apela a todos os camaradas funcionários públicos para contribuirem para um trabalho mais eficaz do MES no sector.

Solicitamos por um lado contribuições escritas de análise de lutas em locais de trabalho menos conhecidos da generalidade dos FP, por outro lado solicitamos a todos os camaradas funcionários públicos que neste momento não trabalhem na estrutura para contactarem a Coordenadora através dum envelope para a DORL com a respectiva indicação.

A Coordenadora da Função Pública do MES

O brig. Azeredo e o ELPISTA

O brigadeiro Carlos Azeredo, chefe da Junta Governativa da Madeira, acaba de assinar uma queixa do Governo Civil do Funchal contra o padre Martins, de Machico, mandatário da candidatura de Otelo no arquipélago. O pretexto para tal queixa, encontrou-o o brigadeiro num cartaz da campanha de Otelo em que se afirmava que Ramalho Eanes nada tivera a ver com o 25 de Abril, mas que, em contrapartida, estivera ligado ao 11 de Março e ao 25 de Novembro. Recordou-se que, no decorrer da recente visita de Otelo à Madeira fora proibida a realização do início de campanha que deveria ter lugar no Machico, por não ter sido pedida autorização «com a devida antecedência», segundo as autoridades.

Também recentemente, o brigadeiro Azeredo deu expressão ao seu espírito democrático e pluralista mandando apreender material didáctico preparado pelo

Instituto de Tecnologia Educativa para aplicação nos programas de ensino da Madeira. Este material, que seria distribuído através do Centro Regional de Apoio Pedagógico do Funchal, consistia num conjunto de diapositivos e gravações dedicados à vida do arquipélago.

Só que Azeredo os considerou de «orientação marxista» e atacando «figuras e estruturas saídas do 25 de Abril», embora elas sejam apenas Spínola e Palma Carlos, para além da polícia repressiva.

A acção do brigadeiro Azeredo à frente da Junta Governativa tem sido objecto de uma série de acusações que seriam de natureza de desuizi das iniciativas que referimos, a protecção às forças fascistas locais ligadas aos partidos de direita CDS e PPD, e à FLAMA, organização separatista.

Entretanto, pelo que se sabe, a sua acção não se limita à Madeira, mas estende-se ao continente, on-

de possui amigos influentes ao nível dos órgãos de poder. E é aqui que entra a segunda parte desta história.

Carlos Azeredo tem um irmão, de nome António Maria de Noronha e Távora de Azeredo Leme, que até ao 11 de Março foi inspector de gás na Cidra (hoje integrada na Petrogal, Empresa Pública de Petróleos). Na sequência de investigações levadas a cabo na Região Militar do Norte após o 11 de Março, foi António Azeredo Leme preso, por ser um elemento responsável do ELP, conforme revelações feitas pelo comandante militar do Porto.

Na altura, e dado o seu envolvimento na conjura fascista, o irmão do brigadeiro foi saneado da ex-CIDLA por determinação do Conselho da Revolução. Libertado após o 25 de Novembro, como seria de esperar, está neste momento

em vias de rápida «reabilitação» perante os órgãos de poder. Com efeito o despacho de 9 de Abril último animado pelo major Canto e Castro, do Conselho da Revolução, Azeredo Leme é considerado inocente de todas as acusações e mandado reintegrar imediatamente na Petrogal.

O mais curioso desta segunda história é a intervenção do brigadeiro Azeredo na «reabilitação» do irmão elpista. Sabe-se, com efeito, que o brigadeiro esteve em Lisboa e em grande actividade, pouco antes do C.R. ter mandado reintegrar o ELP na Petrogal. Entre outras iniciativas fez uma à rede da ex-CIDLA, onde tentou obter uma carta de recomendação para o irmão.

Parceiro nos «factos» DA por determinação do Conselho da Revolução. Libertado após o 25 de Novembro, como seria de esperar, está neste momento

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00 12 meses 200\$00
apoio 400\$00
estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

JORNAL SEMANAL ... todas as 4.ªs Feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 132, Lisboa
telefone 66 25 29

Composição e impressão
Renaissance Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

EDITORIAL

UMA SÓLIDA BARREIRA DE UNIDADE E LUTA CONTRA A ESCALADA DA DIREITA

Nos últimos dias, o Poder político-militar entrou numa escalada contra o Movimento Popular, que atinge aspectos de insulto e provocação aos trabalhadores portugueses:

O VI Governo terminou os seus dias aprovando um conjunto de decretos antipopulares que além de afectarem os moradores e os estudantes, procuraram sobretudo atingir a classe operária, como é o caso do Decreto sobre Controlo da Gestão que tem o fim de esvaziar de sentido o controlo operário, intervindo em matérias que só aos trabalhadores compete decidir, e estabelecer um conjunto de limitações que tentam transformar em co-gestão o controlo operário, domesticando e integrando as comissões de trabalhadores na lógica capitalista de funcionamento da economia e da sociedade.

Os aumentos de preços e as restrições de energia são duas faces de uma mesma moeda utilizada pelo Poder numa primeira fase, para permitir que, numa segunda fase, os efeitos destas medidas caiam sobre o Povo, sobre a classe operária e os seus aliados. Tais medidas, conjugadas com as ameaças de desemprego e a falta de géneros são utilizadas para tentar resolver a crise capitalista à custa de quem trabalha, dividindo os trabalhadores, tentando intimidá-los e isolá-los uns dos outros.

As desocupações continuam. Centenas de processos de despejo vão avançando, ameaçando descaradamente as mínimas condições de habitação que os moradores pobres conseguiram obter à custa de duras lutas e sacrifícios.

A escória fascista regressa a Portugal. Capitalistas, criminosos para com o nosso povo, chegam a Lisboa vindos de Espanha ou do Brasil, prometendo recuperar as suas antigas posições. Anuncia-se a vinda de Spínola, envolvido em dois golpes de Estado contra o Povo, culpado objectivo do bombardeamento do Ralis, da morte do soldado Luís,

cúmplice de dezenas de acções terroristas do ELP-MDLP que causaram vítimas entre os melhores filhos do Povo Português.

Saiem os chamados «anexos», o «Relatório do 25 de Novembro», documentos provocatórios que tentam convencer os portugueses de que os seus amigos são seus inimigos e que os seus inimigos são seus amigos. Mentiras, calúnias, insultos, tudo é utilizado para enganar o povo, na vã tentativa de transformar um golpe reaccionário, um golpe de direita, num golpe de esquerda...

De braço dado, militaristas e políticos burgueses vendem a Pátria ao imperialismo americano. Ultrapassando o próprio Charais, Comandante da Região Militar do Centro, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Galvão de Figueiredo, vai a Santa Margarida com o embaixador do imperialismo americano Carlucci, que numa unidade militar portuguesa tem o arrojo de conduzir um tanque, como quem diz «somos nós os donos de Portugal». Trata-se de um insulto vergonhoso, duma miserável provocação contra os democratas e patriotas que ainda subsistem nas Forças Armadas, após o golpe de direita do 25 de Novembro.

Este o panorama do País, por alturas da tomada de posse de Ramalho Eanes como Presidente da República e de Soares como Primeiro-Ministro.

O Movimento Popular, fortalecido com a campanha de Otelu, tem que responder à escalada de direita pelo reforço da coesão, da unidade, da organização e do combate. Os GDUP's que surgem, de norte a sul do País têm uma grande tarefa à sua frente: organizarem-se, democratizarem-se para as grandes lutas que se aproximam.

Preparando o Congresso dos GDUP's, uma intervenção revolucionária para as autarquias locais e no Congresso dos Sindicatos, o povo trabalhador tem que se unir cada vez mais e não deixar que

os exploradores recuperem, esvaziem o conteúdo da constituição e desfaçam as conquistas alcançadas.

Há que defender os órgãos de Poder Popular não permitindo a ingerência do Estado Burguês nos órgãos dos trabalhadores.

Há que combater o desemprego, os despedimentos, o aumento do custo de vida, recusando a «reconstrução capitalista» de Portugal feita à custa da miséria e da fome do nosso povo.

Há que defender a Reforma Agrária, as ocupações de casas pelos moradores pobres recusando a justiça burguesa, as leis antipopulares e anticonstitucionais.

Há que lutar contra o imperialismo, combatendo sem transigências pela independência nacional, recusando as garras militares e económicas desse inimigo de todos os povos do mundo.

Há que exigir a liberdade completa para Otelu, para todos os militares progressistas, impondo a sua reintegração nas Forças Armadas.

Camaradas:

Vivemos momentos de grande importância. Está nas nossas mãos a possibilidade de opormo-nos à escalada da direita uma sólida barreira de unidade e luta. Combatamos o divisionismo e o sectarismo, avancemos na construção de uma organização política de massas, democrática, com um programa antifascista e anticapitalista!

UNIDOS E ORGANIZADOS, O FASCISMO NÃO PASSARÁ!
UNIR PARA RESISTIR! LUTAR PARA VENCER!
POVO TRABALHADOR UNIDO PARA O SOCIALISMO!

Últimos ataques do VI Governo aos trabalhadores

Saindo como entrou, o VI Governo acaba de tomar mais um conjunto de medidas que se destinam a criar as condições para que os trabalhadores paguem, com a miséria e o esforço aumentados, a crise capitalista.

Para o MES os cortes de energia, o decreto sobre o controlo de gestão, o Decreto 530/76 que permite ao patronato baixar os salários e reduzir a semana de trabalho e os aumentos de preços e dos impostos, são medidas tomadas nas costas do povo e contra o povo.

Há falta de energia? É necessário poupar? O Governo que o justifique e o explique às massas trabalhadoras. O MES entende que, de todas as maneiras o argumento de que mais se ouve falar — a pouca chuva — é conhecido já há tempo suficiente para poderem ser tomadas medidas devidamente planeadas e de acordo com a vontade e a experiência dos trabalhadores.

O MES entende que se é necessário poupar energia, então que se comece por tudo o que não é essencial, por tudo o que é secundário ou privilégio de uma minoria, das boites aos carros de desporto, dos cabarés aos festivais de aviação, do ar condicionado aos iates. Não foi isto

que o Governo fez, mas sim pôr em prática cortes de energia que vão fazer diminuir a produção, desorganizar os transportes e a vida das massas trabalhadoras.

Para o MES é bem claro o que burguesia e as forças políticas responsáveis pelos actos do VI Governo querem: trata-se de criar as condições para em nome da necessidade da «austeridade» pôr em prática medidas antipopulares e dar cobertura às manobras do patronato que, na via da recuperação capitalista, procuram aumentar os horários e os ritmos de trabalho e pôr em causa os salários, as férias, os subsídios de férias e outras conquistas dos trabalhadores.

Só assim se compreende que a seguir aos cortes de energia o Governo aprove uma lei sobre o controlo de gestão que tenta espezinhar tudo o que a luta dos trabalhadores portugueses já produziu neste campo. Uma lei que vem dizer que as comissões de trabalhadores não podem ter mais do que nove elementos, que nega a informação sobre a vida das empresas aos trabalhadores e reconhece o «direito» de «controlo» tal como Eanes vê a oposição, isto é, em meia dúzia de aspectos e mesmo assim sem pôr em causa o lucro ou a lógica do capi-

tal, não será antes de tudo uma arma apontada contra o controlo operário e as Comissões de Trabalhadores?

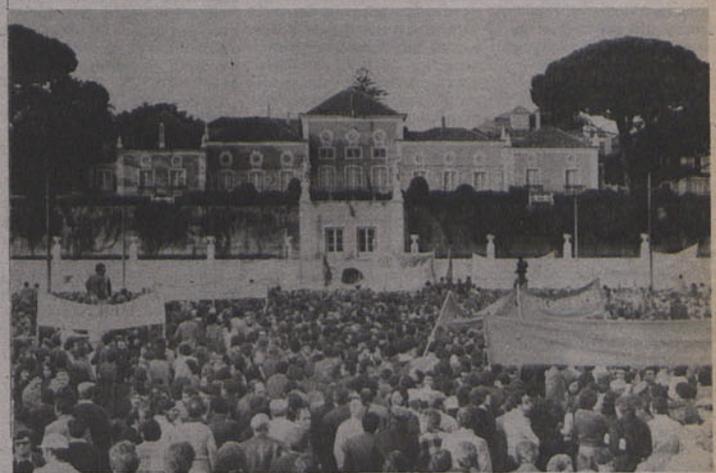
Para o MES o decreto sobre o controlo da gestão é por tudo isto um ataque a uma das principais conquistas dos trabalhadores e uma lei não só feita nas costas do povo mas, sobretudo, contra a vontade que em milhares de fábricas e empresas os trabalhadores demonstram criando Comissões de Trabalhadores e erguendo o controlo operário.

Só assim se compreende igualmente que o Governo faça sair um decreto como o 530/76, que permitindo ao patronato fixar semanas de 3 dias de trabalho e baixar os salários, é uma lei fundamental da recuperação capitalista, do projecto de fazer pagar a crise aos trabalhadores.

Face a esta ofensiva da burguesia e do seu plano de recuperação capitalista o MES entende que, mais uma vez, só uma resposta firme e decidida da classe operária e de todos os trabalhadores se lhe pode opor.

Cerrar fileiras em torno das Comissões de Trabalhadores e não permitir qualquer ingerência do Governo no seu funcionamento!

Defender o controlo operário sobre a produção



O VI Governo não gozou nunca de apoio popular. Nas vésperas do golpe reaccionário de 25 de Novembro, na sequência da sua «greve de funções», mais de cem mil operários concentraram-se em Belém exigindo a sua demissão. Segundo o relatório agora publicado, estes trabalhadores são CONJURADOS. Segundo os trabalhadores, os generais do 25 de Novembro são contra-revolucionários. Quem ficará na História?

e as condições gerais de trabalho!

— Não fazer mais horas de trabalho do que as que os CCT s fixam, não aceitar trabalho mais tempo seguido do que a lei permite e exigir o pagamento das horas perdidas pelos cortes de energia!

— Não aceitar aumentos dos ritmos de trabalho nem outras chantagens de que o patronato lança mão!

— Exigir que os órgãos de poder expliquem ao povo a necessidade de poupar energia e comecem por acabar com todos os consumos supérfluos; desnecessários ou de privilégio, antes de afectar o essencial que é a produção!

— Exigir a revogação do decreto 530/76!

— Reforçar a unidade das massas pela acção dos GDUP's nas empresas

bairros e herdades!
Eis a resposta que os trabalhadores de Norte a Sul do País começaram a dar à política de «austeridade» e o caminho que o MES considera como o caminho correcto na luta contra a recuperação capitalista.

Lisboa, 8 de Julho de 1976

O SECRETARIADO DO C.C. DO MES

NÃO AOS DESPEJOS!

A actuação dos senhores, através dos tribunais, visando o desalojamento de moradores pobres que sem habitação decente, haviam ocupado as casas que aqueles a seu bel-prazer mantinham devolutas, aumenta progressivamente de intensidade.

Facilitando da cobertura dada pela nova situação que lhes foi facultada com o golpe reaccionário do 25 de Novembro, vemos todos os dias forças da GNR ou PSP, por esse País fora, procurando consumir ordens de despejo emanadas dos tribunais que, accionados pelos senhores e em total desrespeito pelos preceitos constitucionais sobre o direito à habitação e à saúde de todos os portugueses, lá vão dando também cobertura legal àquilo que não passa, afinal, do mais descarado escarnecer dos direi-

Só que esta máquina judicial da burguesia por vezes emperra, e já foi possível ver um magistrado negar-se a sancionar uma dessas injustas tentativas de despejo por via judicial. Há também advogados que se mobilizam a defender a causa popular, mesmo combatendo apenas no terreno legal.

Mas isso, sendo em si positivo, no entanto não chega. Os exemplos de combatividade que as organizações populares de base, embrões do poder popular, assim como os GDUP's, têm demonstrado, na mobilização dos moradores para a defesa das ocupações realizadas por famílias necessitadas que agora ficariam sem qualquer tecto caso o despejo se consumasse (tendo-se até já conseguido, pelo menos num caso fundamental da pes-

soa humana.

so, que a policia se convencesse da justiça da causa dos moradores e ocupantes e se recusasse a efectuar o despejo), essa combatividade, que já saiu vitoriosa em inúmeros outros casos de ordens de despejo que afinal não puderam ser levadas a cabo, tem de ser desenvolvida e fortalecida.

Só assim poderemos erguer um amplo movimento de protesto contra a injustiça e inconstitucionalidade dos despejos que se realizaram e continuam diariamente a realizar, ameaçando a subsistência daqueles que, pelo contrário, deveriam ser os mais protegidos pela lei.

**CONTRA OS DESPEJOS
POR UMA HABITAÇÃO
DIGNA PARA AS CLASSES
TRABALHADORAS**



VILA DA FEIRA

O povo impediu o despejo de um caseiro!

É um camarada, que esteve na primeira linha da movimentação das massas populares contra o despejo criminoso tentado por um conhecido explorador e fascista da Vila da Feira, António Joaquim dos Santos, que nos relata o que se passou:

«Dentro de tudo o que presenciado começo por dizer que foi um grande golpe reaccionário onde estiveram implicados 9 a 10 laçaios para fazerem uma ordem de despejo ao caseiro Fernando Rosas, sua esposa e filhos. Onde o senhorio e os restantes que lhe guardavam as costas cercaram a casa do caseiro, numa altura em que ninguém estava em casa.

Quando o caseiro chegou mais a sua esposa foi logo segurado pelos guarda-costas que acompanhavam o facho do senhorio, tendo a mulher deste e dois filhos começado logo a espancar a mulher do Fernando Rosas, que estava grávida e foi levada cheia de sangue para o hospital em risco de abortar. Quando o caseiro tentou correr em auxílio da mulher o facho do senhorio sacou de uma pistola e ia disparar na direcção do Fernando Rosas. O que valeu foi um tal Andrade, o advogado que ia apadrinhar o despejo, ter desviado a trajectória. Depois de tudo isto o filho do senhorio pegou numa pistola e arrombou as portas e começaram a atirar a mobília para fora.

O golpe decorria e as massas populares começaram a estacionar em grande número (chegaram a estar cerca de 300 pessoas) até que mais tarde o povo tomou a sua posição, onde meteram de novo os móveis dentro de casa e exigiram que aparecesse a pistola, o que a GNR foi obrigada a fazer, tirando a pistola que estava na posse do advogado Andrade e mostrando-a ao povo.

A posição do povo manteve-se sempre firme até que mais tarde chegou a GNR de S. João da Madeira com mandatos de captura sobre os laçaios. O povo manifestou a sua posição de que «a justiça tinha de ser feita».

Passado algum tempo, as portas onde os reaccionários se tinham fechado foram abertas pelo povo que queria ali mesmo fazer a sua justiça. Então a GNR puxou de armas para o povo, mas a posição do poder popular foi tão firme que obrigaram a GNR a guardar as armas nos colderes».

O GDUP da Vila da Feira emitiu um comunicado onde dizia: «O povo da Feira ganhou muito com esta vitória: ganhou consciência política, confiança nas suas forças que contribuiram para que no futuro os reaccionários já contem com a mobilização popular».

Há que tirar algumas importantes conclusões desta luta:

1. No combate ao despejo estiveram lado a lado trabalhadores que votaram em Eanes, Azevedo, Pato e Otelo. Há que reforçar esta unidade do povo, retirando da influência dos partidos burgueses os trabalhadores enganados. Para isto há que combater o sectarismo, trazendo-os para a luta precisamente nestes momentos em que se lhes torna mais claro ver quem está contra e quem está a favor do povo.

Não pode esquecer o povo da Vila da Feira que o fascista do senhorio é do CDS, apoia Eanes e disse na altura do despejo: «A partir de quarta-feira (data da tomada de posse de Eanes) é que os comunistas vão ver!».

Assim se vai tornando claro aos olhos dos trabalhadores quem se protege atrás de Eanes e a responsabilidade dos partidos que andaram a iludi-los fazendo passar Eanes por um bem comportado democrata de-

fensor da Constituição e amigo, ao mesmo tempo, de patrões e trabalhadores (como se isso fosse possível!!!).

Não vão ser só os 800 000 votantes em Otelo que virão para a luta e se unirão contra o avanço do fascismo e a recuperação capitalista. Quando a repressão aumentar, os senhores, os patrões reforçaram a exploração, as medidas de austeridade deixarem os pobres mais pobres e os ricos mais ricos, é possível unir na luta, além dos que votaram em Pato e dos muitos que votaram em Azevedo, mesmo trabalhadores que enganadamente votaram em Eanes.

Os GDUP's têm de reforçar a sua organização, combater o sectarismo, tomar a cabeça da luta e saber unir todas as forças sociais que estão no campo da revolução contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.

2. Outra lição a tirar é a de que o fascismo não se controla com negociações, mas se combate com a luta do povo.

É bem certo que a lição dada pelo povo da Feira fará recuar os exploradores e foi mais eficaz que mil discursos a apelar ao bom senso e à compreensão de quem tem explorado a classe operária e o povo.

3. A luta do povo da Feira não é uma luta isolada nem o despejo violento e criminoso é um acto isolado.

Mesmo no distrito de Aveiro são já vários os exemplos:

— O ataque reaccionário e assassino aos moradores de Mataduros reunidos em plenário.

— O ataque patronal apoiado em retornados aos operários que ocupavam uma fábrica em Argoncilhe.

A burguesia está ao ataque e tem cada vez mais o apoio do Governo, das policiaes, dos tribunais.

Mas o povo trabalhador,

confiando acima de tudo nas suas próprias forças, une-se, organiza-se, cerra fileiras, resiste, combatendo palmo a palmo os ataques reaccionários.

4. A unidade e a combatividade do povo trabalhador da Feira não chegam. É preciso organizar esta unidade para que ela seja uma força invencível. Por isto, o levantamento e reforço do Movimento de Unidade Popular a partir dos GDUP's é uma necessidade imperiosa e todas as forças que boicotarem a criação de uma forte organização política de massas respon-

derão perante o povo.

5. Por último, o que se passou na Vila da Feira mostra que unidade se faz fundamentalmente na base e não em acordos de cúpulas.

São os interesses de classe comuns, os mesmos problemas, que unem o povo trabalhador. As forças revolucionárias têm de estar na cabeça da luta popular e apontar um caminho justo para a solução da difícil vida do nosso povo, o que só será possível apontando em cada momento o Socialismo como

a única forma de acabar com a mentira, a miséria, a exploração e a repressão, ligando os problemas concretos do dia-a-dia ao grande objectivo político da destruição do capitalismo.

Não nos podemos esquecer que muitos não esperavam a pronta reacção popular, pois o povo da Vila da Feira parecia adormecido e alheio a tudo. Mas quem não confiar nas massas populares e na sua capacidade de luta nunca poderá estar à cabeça da resistência popular contra o avanço do fascismo e a recuperação capitalista.

NA ALBA O horário não mudou!

Na Alba o horário não mudou!

Na Alba, empresa de Albergaria a Velha, os trabalhadores têm visto agravar-se as suas já duras condições de vida, com o atropelo de muitos dos seus direitos.

Conta um comunicado de um grupo de trabalhadores:

«Primeiro foi e é a Portaria ou seja a tabela II (que é a que temos direito segundo a Lei) e os retroactivos que não nos foram pagos. Depois foi a questão das cervejas, proibindo a sua venda sem democraticamente ouvir os trabalhadores. Já que se «olvem» estes para umas coisas, também se devem ouvir para outras. Depois proibem-se a venda dos almoços, encerrando o refeitório, mais uma vez sem democraticamente ouvir os trabalhadores; nem os que lá comiam, nem os restantes. Agora é a tentativa da gerência que não quer que os trabalhadores recebam o subsídio de férias segundo a lei, isto é, antes das mesmas co-

meçarem, alegando que não têm dinheiro porque lhe devem dez mil contos».

Tudo isto tem sido possível devido à passividade dos trabalhadores. Assim não admira que a administração manobre a seu bel-prazer. O que pretendia agora? Devolvemos a palavra aos trabalhadores:

«A pretexto da falta de luz, aquele decide, arbitrariamente, fazer um horário fantoche, que obriga os trabalhadores, principalmente os de longe, que por terem como os restantes que trabalhar depois da hora, para angariarem mais alguma coisa para sustento dos seus, a trabalhar a partir das sete horas da manhã, quase não tendo tempo para descansar, pois têm que se deitar tarde e levantar cedo. Além de decidir sem consultar os trabalhadores, a administração não cumpre a Lei, que por informação obtida por trabalhadores da firma junto do Ministério do Trabalho, proibe até ordem em contrário,

qualquer alteração do horário em vigor».

Por este motivo os trabalhadores, aproveitando a paragem de trabalho motivada pelo corte de energia realizaram um Plenário para discutir a alteração do horário. A rejeição desta medida foi quase unânime. E o horário não mudou! A unidade e a determinação de lutar, se necessário, foram determinantes para esta vitória.

Terminamos subscrevendo as palavras do mesmo grupo de trabalhadores da Alba que vimos citando:

«Isto é um exemplo para os trabalhadores da ALBA, para em futuros problemas que estão já pendentes se mantenham unidos na defesa dos seus direitos e escolherem nas próximas eleições para delegados sindicais, os camaradas que na prática se têm mostrado mais combativos e capazes de assumir a todo o momento a defesa correcta dos legítimos interesses de todos os trabalhadores.»

OS ATALHOS E OS CAMINHOS DA RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Os atalhos

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Disciplinar os salários à justa medida das necessidades de exploração capitalista e fazer as leis que preparam toda a recuperação capitalista. Foi este o propósito do VI Governo; será também este o caminho do próximo Governo de Soares.

Após o sucesso do golpe reaccionário do 25 de Novembro a burguesia impôs imediatamente o congelamento da contratação colectiva. Aumentou os preços e submeteu os salários das classes trabalhadoras ao desporto de inflação, satisfazendo e dando confiança ao patronato explorador.

A burguesia no entanto sabia que não poderia sustentar durante muito tempo essa situação de congelamento. Os trabalhadores agora não se deixam explorar como antigamente. As lutas pelos seus interesses de classe têm encontrado no seio dos trabalhadores uma grande unidade e firmeza. Se a burguesia quizesse levar avante o congelamento, em breve se veria abraçada com uma tremenda luta de classes e uma grande tensão social. Daí que tenha mudado de tática: minar pacientemente todas as conquistas.

Os trabalhadores, por sua vez, não congeminaram no escuro grandes mudanças. As suas lutas foram e continuam a ser feitas às claras; são feitas na unidade que nasce da situação de explorados na fábrica, na empresa, oficina e escritório; são levadas a cabo com sacrifício sentido. Foi e é assim nas poderosas lutas pela contratação nos Metalúrgicos, nos Têxteis, nas madeiras, na cerâmica, na holeria, no comércio retalhista, nos ajudantes de farmácia, na panificação, nos conserveiros, nos chapeleiros, ourives, relojeiros e marinha mercante.

A burguesia portanto começou a minar, a tirar proveito da máquina de estado; o Ministério do Trabalho aconselhou-se com os especialistas americanos e alemães; resultado: a partir de agora a negociação de contratos colectivos não têm efeito retroactivo.

DECRETO-LEI QUE ENFRAQUECE A CONTRATAÇÃO: 164/76

Isto é, o Decreto-Lei não contém os mecanismos que obriguem o patronato a finalizar a negociação e que abreviem a conclusão de acordos justos; isto é, o patronato vai adiando a assinatura do contrato, vai subindo os preços e quando finalmente o contrato en-

trar em vigor já os aumentos reais foram devorados pela inflação; entretanto, ajunta-se que várias centenas de milhares de trabalhadores terão «direito» a reformas especiais: os trabalhadores das empresas públicas e nacionalizadas, da Função Pública, Autarquias Locais e Previdência; este Decreto-Lei não se fica por aqui: impõe a fixação à partida do aumento total dos encargos (quanto é que o sr. Patronato está disposto a dar aos seus operários?).

Se os trabalhadores não obrigarem o patronato a sentar-se à mesa das negociações através de uma luta persistente, através de formas superiores de luta, a exploração irá aumentar. Por cada contrato, uma greve! E a burguesia sabe-o! É ela a primeira a não acreditar nos slogans que agita: a «paz social» para a «reconstrução nacional», pois ela só a fará definitivamente se esmagar as lutas da classe operária e lhe impuser a miséria e a opressão.

SANEAMENTOS

O Ministério do Trabalho continua: Decreto-Lei 471/76. Este declara nulos todos os saneamentos efectuados desde o 25 de Abril, concedendo a possibilidade de dos laços dos patrões, bufos, ex-legionários, serem reintegrados e com direito às remunerações vendidas desde o saneamento, férias, subsídios, etc!!!

É esta a conciliação nacional. Tentar fazer das fábricas, das empresas, dos escritórios, dos Hospitais, das Escolas (e no exercício está quase pronto!) locais de insuportável delação, de privilégios e oportunismos, e introduzir assim no seio dos trabalhadores aqueles que estarão sempre dispostos a fazer o jogo do patronato furando e desmobilizando «por dentro», aqueles que entregaram ao patronato ou aos fascistas os nomes dos trabalhadores mais activos e mais consequentes.

O ministro permite-se ainda, nesta matéria, actuar na ilegalidade, a qual consiste em dar competência ao Ministério do Trabalho (que só o tribunal de trabalho tem) para transformar os saneamentos efectuados em despedimentos sem justa causa.

DESPEDIMENTOS

Nesta medida, também, o que tem sido feito de defesa real dos trabalhadores se deve aos próprios trabalhadores. Assim o prova todas as lutas vitoriosas desencadeadas desde o 25 de

Abril em que só com os trabalhadores a «mexem-se» (às vezes com a ajuda do COPCON, é certo), é que os despedimentos não iam para a frente. Em nenhum Governo Provisório, a legislação contra os despedimentos servia consequentemente os interesses dos trabalhadores (antes procurava a conciliação entre patrões e trabalhadores), mas com o VI Governo a coisa tornou-se clara: o Decreto-Lei que saiu (84/76) apressa-se em retirar da letra a protecção do direito ao trabalho como norma de aplicação e interpretação da lei. Revoga to-

das as conquistas dos trabalhadores já consagrados relativamente a indemnizações: em caso de despedimento colectivo, os trabalhadores não recebem as indemnizações previstas nos CCT, mas apenas a indemnização correspondente a um mês de vencimento por ano de trabalho com um mínimo de 3 meses. Mas nem tudo é mau neste decreto; dá com uma mão o que tira com a outra: revoga a possibilidade de despedimento por «motivo atendível» que no actual momento de euforia patronal desencadearia um «granel» que o próprio Minis-

tério do Trabalho convém disciplinar.

DIREITO À GREVE

Está na forja um projecto de regulamentação da greve que mantém o regime de militarização dos trabalhadores em greve para um conjunto de trabalhadores que ronda o milhão (empresas nacionalizadas, trabalhadores da função pública e sectores vitais), lei aprovada por poderosas diligências movidas por oficiais reaccionários e políticos burgueses e conciliadores alguns meses depois

do 25 de Abril. Esta lei que vem aí dá todas as facilidades a que o patronato proceda ao Look-Out (não lhe impõe sanções) e determina o não pagamento dos dias de greve, estabelece penas de prisão para trabalhadores que façam piquete, declarem greve fora dos limites da lei, etc.

Se os trabalhadores e os revolucionários trabalharem conscientosamente para a unidade da classe operária com todos os outros trabalhadores nem com o país cheio de Jaime Neves e GNR estes projectos serão levados à prática.



Os grandes caminhos

A recuperação capitalista nesta fase não significa o regresso dos grupos económicos tal como existiam, dos Mellos e Champalimauds e a entrega das empresas nacionalizadas aos seus antigos donos. A recuperação capitalista significa sim liquidar todas as formas de expressão do poder dos trabalhadores nos locais de trabalho, para que as empresas funcionem sem problemas debaixo da lógica capitalista, assegurando o máximo lucro. A recuperação capitalista significa ainda colocar as empresas nacionalizadas ao serviço das necessidades de acumulação capitalista significa, por fim, a reconstrução de um sistema sólido de exploração e repressão sobre o povo trabalhador que passará pelo domínio total das forças armadas e pela utilização da máquina de estado não só enquanto máquina repressiva, mas também enquanto máquina de engano sistemático e instrumento de acumulação de capital para o financiamento de um novo surto de desenvolvimento capitalista.

Vejam os 3 grandes passos que a burguesia deu:

LEI DO CONTROLE DE GESTÃO E DAS CT'S

A burguesia lança sobre os trabalhadores a arma de colaboração de classe, de desagregação dos órgãos de classe (CT's) e do isolamento dos sectores de vanguarda.

A lei do controle de gestão e da regulamentação das CT's é o exemplo mais

acabado desta política. Vejamos o que diz a lei: «o controle de gestão não pode interferir com o exercício das funções dos seus órgãos de gestão... Não pode comprometer a actividade normal da empresa». No complicado articulado do decreto podemos ainda ler: «Serve... para contribuir para a máxima utilização pela empresa dos recursos técnicos e humanos e financeiros nacionais; contribuir ao nível dos órgãos de gestão e dos órgãos dos trabalhadores para a melhoria da produção; participar nas acções de reconversão económica das empresas», etc.

Nada mais claro do que pretender ligar os trabalhadores à reorganização das empresas e da economia capitalista em geral, levando os trabalhadores a fazerem sacrifícios redobrados, a favor dos despedimentos, aumentos das cargas e ritmos, etc. Fazer do controle operário uma caricatura, fechando-os em cada fábrica e submetendo os órgãos de classe à lógica da colaboração de classes, de desmobilização em desmobilização até ao seu desaparecimento. Longe de estar nesta fase voltado para a construção de uma economia socialista, o Controle Operário também não se poderá fazer de fábrica em fábrica; terá de ser feito numa orientação defensiva, isto é, terá de defender o emprego e evitar os despedimentos, evitar os aumentos dos leques salariais e o desenvolvimento das situações de privilégio, impedir a descapitalização (sabotagem económica patro-

nal), e controlar a aplicação dos lucros e dos investimentos.

O REGRESSO PARA JÁ DE ALGUNS PATRÕES

Independente do interesse estritamente económico, as empresas em auto-gestão ou sob intervenção do estado, na perspectiva da burguesia, deverão ser devolvidas aos patrões; e isto principalmente pelo efeito exemplar que tais factos trazem, reforçando a iniciativa política de direito, dando ânimo à burguesia, mostrando assim que é possível transformar as vitórias dos trabalhadores em amargas derrotas para estes. É esse o sentido do Decreto-Lei 422/76 que revoga toda a legislação sobre intervenção estatal nas empresas, nomeadamente o Decreto-Lei 660/74 (feito para dar solução às empresas alvo de sabotagem patronal), fixando para o futuro condições muito apertadas para novas intervenções, o que traz o regresso dos patrões e o atar as mãos aos trabalhadores para o desenvolvimento das suas lutas. Quanto às empresas em auto-gestão, a retirada de credenciais e a diminuição da sua validade; as exigências de rentabilidade completam o cerco que procura levar os trabalhadores à divisão, ao sacrifício, ao abandono da luta pelo cansaço e pelo boicote do crédito.

o movimento operário pela intimidação e pela chantagem, para saldar toda a crise económica gerada por 50 anos de capitalismo feroz à custa dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho acaba de promulgar outro decreto anti-operário e anticonstitucional: o Decreto-Lei 530/76 que autoriza a «suspensão do pessoal que for julgado necessário» ou «reduzir o tempo de laboração das empresas» de acordo com a palavra do patrão. Este Decreto-Lei a ser aplicado e a ser generalizado significaria o caminho mais curto e mais seguro para fazer a reconstrução do capitalismo português à custa do povo trabalhador que se privaria do seu salário completo para dar lucros aos patrões.

O ESTADO ANIMA A CHANTAGEM E A RECONVERSÃO

Para reduzir a estilhaços

Toda esta legislação sistematicamente despachada tem também os seus pés de barro: a unidade da classe operária e a sua organização de fábrica e sindical, a disposição de defesa das conquistas, nomeadamente a aplicação progressista da Constituição. O movimento operário e popular tem força e energia acumulada. Tem a experiência mais rica da Europa capitalista dos últimos anos e as conquistas mais avançadas. A burguesia não estabeleceu ainda totalmente a sua dominação. Estes são os seus primeiros passos. Da resistência operária a estas medidas e a toda a avançada capitalista dependerá a possibilidade de voltar as derrotas em vitórias e encaminhar mais tarde a luta no sentido do socialismo. Do verdadeiro, que há-de chegar à nossa pátria.

I CONFERÊNCIA DE QUADROS DA O.R. DE SETÚBAL

Um passo em frente na consolidação da estrutura interna do MES

No passado domingo, 18 de Julho, a Organização Regional de Setúbal do MES, promoveu em Sesimbra a sua I Conferência Regional de Quadros.

Esta primeira Conferência foi o culminar dum interno processo de discussão interna, em todos os escalões do nosso Movimento, Visou Preparar os militantes que intervêm nas várias frentes de luta, tornando-os mais aptos para realizar as tarefas que se colocam aos revolucionários e ao povo trabalhador.

Na Conferência temas em debate, nesta I Conferência foram discutidos vigorosamente por todos os camaradas, salientando-se, pela sua importância as questões organizativas do MES no sentido dum a intervenção política, cada vez mais correcta e eficaz.

Discutiram-se também questões referentes aos GDUPs e sua ligação às massas, à Reforma Agrária na sua fase actual, às eleições para as Autarquias Locais e situação actual do movimento sindical.

O balanço final desta Conferência é altamente positivo, dela saindo directivas precisas para o trabalho político dos nossos camaradas a todos os níveis.

Dos pontos debatidos transcreve-se parte dos textos relativos à **questão sindical e à luta pela Reforma Agrária**. Estes textos abarcando duas questões centrais para a táctica dos revolucionários nesta fase da luta são contributos para a preparação da I Conferência Nacional de Quadros e como tal devem ser tomados.

Como foi definido pelo Comité Central, a I Conferência Nacional de Quadros não se circunscreve às suas sessões finais. Há que alargar e aprofundar a discussão sobre as questões centrais da táctica dos revolucionários nesta fase, inserir esse processo de discussão no fortalecimento da estrutura interna do MES, preparando os militantes para as duras batalhas que se avizinham. Isso não se faz sendo através de ampla participação de todos os camaradas no estudo e na discussão organizada.

Em frente pela I Conferência Nacional de Quadros!
Reforcemos a estrutura interna do MES!

O reforço partidário do M. E. S. é hoje, mais do que nunca, uma condição imprescindível para o reforço da organização popular na frente da organização política de massas, na frente sindical e na frente democrática, para o avanço e consolidação da política de unidade entre os revolucionários e para a definição e aprofundamento do programa global da luta anti-fascista e anti-capitalista que há que travar no período que se estende até ao final do ano de 1976.

(Resolução do CC do MES de 4 de Julho de 1976)

POR UMA INTERVENÇÃO FORTE E ORGANIZADA NA VIDA SINDICAL

Com a perspectiva da realização, para breve, do Congresso dos Sindicatos, depara-se-nos uma oportunidade de primordial importância para lançar no movimento sindical as linhas de acção necessárias e fundamentais à transformação do sindicalismo tradicionalmente economicista, conservador, burocrático, numa prática revolucionária de classe, capaz de en-

frentar e derrotar a estratégia capitalista e imperialista, permitindo aos explorados e oprimidos obter através das suas lutas, a capacidade e a experiência que lhes permita apoderar-se do poder económico e político.

O facto de após o 25 de Abril o PCP dispôr de uma maior tradição na luta a nível sindical, permitiu-lhe

apoderar-se de uma grande parcela dos sindicatos do país, aos quais impôs uma táctica reformista e cupulista, pouco preocupada com a remodelação das estruturas até então existentes, de molde a permitir a intervenção massiva dos trabalhadores numa participação autêntica e revolucionária.

As repercussões da hegemonia partidária e refor-

mista, e sobretudo e política de colaboração de classes desenvolvida, impossibilitaram as perspectivas de combatividade que se impunham aos sindicatos, como órgãos de manifesta predisposição para servir os interesses culturais, políticos, sociais e económicos dos trabalhadores. Assim, em vez de assistirmos à reestruturação dos sindicatos, tarefa priori-

A defesa das conquistas da classe operária e do povo ao longo do processo revolucionário aberto com o 25 de Abril de 1974, e das próprias organizações populares, exige o fortalecimento da organização sindical. Torna-se portanto indispensável a intervenção, activa e organizada, dos revolucionários na defesa do carácter unitário do movimento sindical e na sua reorganização, reforçando a luta por um sindicalismo de classe, democrático e apartidário.

(Resolução do CC do MES de 4 de Julho de 1976)

tária, em nossa opinião, colocando-os nas mãos dos trabalhadores para servir nas suas lutas, na sua formação, nas suas reivindicações e nos seus objectivos mais prementes, deparou-se-nos uma outra qualidade, caracterizada pelo cupulismo, antidemocrático e desmobilizador que, ao contrário do que devia ser, se serve dos trabalhadores. O improvisismo, o imediatismo e o oportunismo constituem fortes entraves ao avanço do processo. Os trabalhadores vêem-se mais uma vez impossibilitados de se organizarem livremente, de pensarem livremente e de livremente agirem nos sindicatos que lhes pertencem!

A inconsequência reformista obtém, como resultado, a divisão dos trabalhadores enquanto os capitalistas se recompõem dos traumatismos que os afectavam. O reflexo de todo o processo, até então desenvolvido, aparece-nos como resultante incalculavelmente caro para as conquistas alcançadas e para as aspirações da classe explorada, agora enganada e humilhantemente ofendida. Fazemos nossas as palavras de alguém que, em certa altura afirmou:

«Não foi o método marxista da luta de classes que falhou na política reformista, é este método que aí está deformado. Eis a origem do mal-estar e do insucesso dos reformistas de todos os tempos. Para ser revolucionário, o partido marxista não precisa de fazer batota com a realidade.

Contrariamente ao método reformista, o método marxista alimenta a sua propaganda e a acção das massas com a realidade das coisas, porque é justamente a realidade — os antagonismos de classe existentes que torna revolucionárias as massas. Hoje, a acção directa das largas massas ainda não organizadas e as inumeráveis greves selvagens que ultrapassam regularmente e por toda a parte as barreiras das direcções sindicais, dão

testemunho de que o meio-ambiente não é sempre amarelo ou cor de rosa».

Para que seja ultrapassado o impasse em que se encontra o movimento sindical teremos forçosamente de utilizar o Congresso que, na nossa opinião, deve começar pela discussão nos locais de trabalho, dos problemas mais prementes da organização sindical, tendo em conta a prioridade que sugerimos: reorganização interna dos sindicatos e de outros órgãos como Uniões, Federações e Intersindical.

Encontrar a divisão correcta dos diversos sectores da indústria para perspectivar a forma eficaz de se proceder conscientemente às verticalizações, condição essencial para se conseguir uma forte resistência dos trabalhadores às manobras do capitalismo e vencer as dificuldades impostas pelo reformismo.

O Congresso terá que reunir os trabalhadores a todos os níveis — e não só, como tradicionalmente, dirigentes. Só desta forma será possível obter do Congresso as soluções definitivas para os problemas concretos, o que permitirá desenvolver a luta sindical numa perspectiva de classe anti-capitalista e anti-imperialista.

As conclusões e decisões do Congresso não poderão ficar inoperantes como é hábito. Terão sim que passar por uma prática de execução como garantia de se desenvolver o trabalho eficaz na reestruturação sindical, para a qual têm de ser mobilizados todos os trabalhadores.

Ao MES e propriamente ao Departamento Operário Sindical — pela acção que tem vindo a desenvolver neste campo, cabe um papel importante neste trabalho. Torna-se fundamental e necessário articular o mesmo em reuniões periódicas, a nível regional e Nacional, das quais sairão directivas para uma acção sindical correcta e revolucionária.



REFORMA AGRÁRIA NO DISTRITO DE SETUBAL

A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

A recuperação capitalista que se intensificou a partir de 25 de Novembro levará os trabalhadores do campo a viverem de novo dias sombrios. Vejamos porque:

a) os trabalhadores não integrados nas novas unidades de produção constituídas, verificam que os sindicatos não têm força para garantir o emprego, devido a por um lado a correlação de forças se ter alterado a favor dos patrões (proprietários e rendeiros), por outro lado a instrumentalização partidária do sindicato e o seu controleísmo levaram ao isolamento crescente deste em relação às massas trabalhadoras.

b) os trabalhadores englobados nas cooperativas sentem neste momento o «peso» das avaliações dos gados e das máquinas existentes nas herdades e que agora começam a ser feitas e que terão de pagar; sentem o «peso» dos créditos que terão de pagar; destinado a salários, sementes, adubos, máquinas, gados, etc.. A título de exemplo, a cooperativa Soldado Luis, com 150 cooperantes no final do ano agrícola deverá à banca só de salários com o respectivo juro (6,5 por cento) 6400 contos; sentem o «peso» dos direitos de reserva aos latifundiários que começaram a ser concedidos; sentem as indemnizações a serem dadas aos que toda a vida os exploraram (para já 8500\$00/mês); sentem que a comercialização dos seus produtos continuam nas «mãos» dos intermediários; sentem enfim que a exploração capitalista se mantém e que os «políticos» ao falarem em recuperação da crise pensam fazê-la à custa do povo trabalhador. As novas relações que existem nas áreas dominadas pelas novas cooperativas, não bastam para que a construção do socialismo seja uma realidade; e assim é neste momento em que o poder político estabelecido fala em estabilização, di-lo no sentido da recomposição do modo de produção capitalista dominante tão fortemente abalado ao longo dos dois últimos anos de lutas populares. Deste modo, as cooperativas irão ser submetidas em alguns casos à repressão (no caso dos direitos de reserva) na maioria dos casos sujeitando-se às leis do sistema, terão forçosamente que comportar-se como empresas capitalistas e portanto orientando-se para a obtenção do lucro, tendo de lançar muitos cooperantes no desemprego; as cooperativas mais pobres tenderão a ser asfixiadas.

DIFICULDADES INTERNAS DAS COOPERATIVAS

A par dos entraves de natureza económica referidos outras dificuldades se levantam no seio das cooperativas que os ex-patrões não deixaram de explorar, como sejam: o individualismo, a falta de hábito de discussão colectiva, a divisão entre os trabalhadores que eram permanentes e os eventuais (estes com uma maior consciência de classe e mais dispostos a lutar para defender o que conquistaram — o pleno emprego), entre os especializados (tractoristas) e os indiferenciados. Por outro lado a falta do Partido Revolucionário com forte implantação no campo para apoiar o processo, principalmente na resolução das contradições internas na base da discussão colectiva em frequentes assembleias, levou a que fosse os técnicos do aparelho de Estado em empenharem-se nessa função. Daqui resultou uma consequência grave, quando os técnicos do CRRÁ são afastados, na maioria das cooperativas deixou de haver Assembleias Gerais

o que motiva o isolamento das comissões de trabalhadores em relação aos restantes membros e mesmo em alguns casos um ou dois membros das C.T. chamam a si todas as responsabilidades da exploração colectiva, isto é a formação dum elite ou até de novos caciques; ao mesmo tempo que os restantes membros da cooperativa se vão afastando da vida da mesma, aglomerando-se tensões internas, pois não estão informados, não discutem, não participam, limitando-se a trabalhar como o faziam antes do 25 de Abril de 1974.

ASPECTOS DA LUTA A TRAVAR PAPEL DO MES E DOS GDUP.

Na fase que se irá viver, a luta a ser travada passa essencialmente pelo reforço da organização existente e criação de formas superiores de molde a garantir a resistência aos ataques que surgirão.

Assim, o reforço da organização de cada cooperativa passa pela democracia interna dentro da cooperativa, pela discussão e mobilização de todos sobre os diferentes problemas que surgem. A o mesmo tempo há que caminhar para o aproximar das várias cooperativas dum zona na tentativa da formação de Uniões de Cooperativas para a luta conjunta contra os obstáculos já referidos e ainda por:

- não discriminação dos salários em particular os das mulheres;
- não pagamento dos mais 17 por cento à Previdência;
- a previdência ao seu serviço em especial na assistência à velhice;
- o aumento dos preços das produções feitas nas cooperativas;
- manutenção do crédito agrícola de emergência.

Papel de relevância podem desempenhar as Uniões de Cooperativas, baseadas na participação efectiva de todos os cooperantes na comercialização e escoamento das produções bem como da aquisição dos produtos necessários às explorações (adubos, sementes, pesticidas). Por um lado evitando a concorrência entre as cooperativas impondo preços aos intermediários, por outro, se bem que seja difícil, desenvolvendo e conhecendo experiências de ligação cidade-campo incentivando a solidariedade entre os explorados.

Insistindo no princípio de «confiar nas próprias forças» deve-se lutar pela autonomia das cooperativas face a entidades exteriores em especial o Estado, incentivando a criação de infra-estruturas como cantinas, creches, etc; deve-se combater o espírito do hortejo individual em benefício da horta colectiva (subsistência, diminuindo as horas de trabalho).

Ainda aspectos importantes da luta são a introdução do «controlo operário», em especial nas herdades estatais, e o campo sindical de grande importância no contexto que se avizinha (desemprego, salários). Com efeito, é urgente a constituição dum autêntico sindicato de classe pelo que há que conquistar as direcções e desenvolver trabalho de massas.

Os GDUPs deverão ser um instrumento de dinamização à luta de resistência que se viverá dando-lhe conteúdo político.

O MES deverá portanto intensificar os seus esforços no sentido de dinamizar os GDUPs já existentes e contribuir para o aparecimento de outros, sempre dentro dum espírito não sectário lutando sempre e consequentemente por uma política de unidade.

Os trabalhos da I Conferência Nacional de Quadros não se circunscrevem às suas sessões finais, mas devem ser entendidas como o conjunto das tarefas organizativas que, sob a direcção do C. C., se iniciam a partir da data da aprovação da presente Resolução.

(Resolução do CC do Mes de 4 de Julho de 1976)

MATADUÇOS (AVEIRO)

terrorismo continua!

A comissão de moradores de Mataduchos (Aveiro) goza de grande apoio popular pelo bom trabalho que ao longo de um ano soube realizar.

Por isso mesmo conquistou simultaneamente (o que até é natural) o ódio dos reaccionários da zona. Ora esta gente não quer (nunca quis) saber de democracia ou de liberdade. E como já se sente com força, impõe a sua lei.

Em Mataduchos o fascismo avança.

Há quem prometa liberdade e segurança. Pois aqui nem uma coisa nem outra...

Transcrevemos na íntegra o comunicado da CM que relata os acontecimentos:

COMUNICADO

«Marcada para ontem, dia 3 de Julho de 1976, a continuação do plenário iniciado em 12 de Junho de 76, este não se realizou devido a incidentes graves provocados pelos caciques locais que se opõem à vontade democrática da maioria esmagadora da população. Quando a assembleia iniciada há breves momentos se desenrolava com a maior serenidade, cerca de dez indivíduos provocando as pessoas, puxaram de tubos de borrachas e de ferro, violando o Artigo 45.º da Constituição, agrediram barbaramente a população, tendo alguns dos moradores recebido tratamento hospitalar. Isto veio confirmar ameaças feitas nas vésperas contra a comis-

são de moradores eleita democraticamente em plenário de 18 de Abril de 1975. Todos estes incidentes estavam planeados, pois antes de começar o plenário já haviam agredido e provocado elementos afectos à comissão só porque segundo eles são comunistas!

Lamentamos a passividade da GNR que não tendo evitado os incidentes também não prendeu os provocadores quando estes armados, agrediram a seu bel-prazer. Reunida em 4 de Julho de 1976, a comissão de moradores de Mataduchos, decidiu perante a falta de democraticidade dos seus opositores não mais comparecer a plenários sem que não haja inteira segurança das Forças Armadas.

Mais uma vez a liberdade alcançada em 25 de Abril foi desrespeitada por aqueles que desejosos do fascismo não querem que o povo decida o seu destino rumo ao socialismo.

Continua como até aqui esta comissão de moradores a respeitar os interesses da maioria do povo que a elegeu trabalhando para o bem de todos os trabalhadores.

Aqui denunciámos toda a manobra divisionária e atitudes reaccionárias que Manuel Canelas dirige, contra a vontade popular deste povo».

Mataduchos, 5 de Julho de 1976

A Comissão de Moradores de Mataduchos (Aveiro)

Soares preconiza regresso de Spínola!

«Penso que se deveria passar uma esponja sobre todo esse passado desagradável da vida portuguesa (...) esquecendo o que se passou, quer no 11 de Março, quer no 25 de Novembro» — afirmou Soares ao «Dia». E mais adiante:

«tenho expresso várias vezes a minha opinião de que, a meu ver, o general Spínola deveria regressar ao País». Soares acrescenta ainda que «a revolução do 25 de Abril alguma coisa lhe deve (refere-se a Spínola!) na sua primeira fase! Q... Que se recomponha quem ficar espantado com tais afirmações.

O 11 de Março mais não foi do que uma primeira tentativa de recuperação por parte da burguesia, do processo político aberto pelo golpe militar de 25 de Abril e ao qual a enorme movimentação de massas veio dar um sentido claramente socialista. Foi essa mesma burguesia, derrotada em 11 de Março que triunfou em 25 de Novembro.

Portanto não faz realmente sentido que enquanto Eanes é Presidente da República, o pobre Spínola continue no exílio...

E aliás, Soares, convidado (finalmente!) por Eanes a formar Governo, nunca se deu mal com o general monocular. Quem esqueceu que a sua casa mereceu protecção reforçada precisamente... em 11 de Março?

Soares não esquece os amigos... Agora no poileiro, estende a mão, condescendente, a Spínola.

É natural: lá porque foi azelha, não deixa de merecer apoio. É que se o golpe de Spínola tem triunfado em 11 de Março teria poupado a Soares os 8 meses de vida angustiada (cheios de «anarco-populismo»), que se viu obrigado a suportar até ao 25 de Novembro...

Que mais nos reservarão as aventuras do Mário dos «xuxialismos» em liberdade... e segurança...?

BRAGA Corrécios finalmente detidos!

Em Braga, os bandos terroristas fascistas que executavam, nomeadamente, as acções de que eram encarregados pelo ELP-MDLP (como por exemplo as bombas que explodiram simultaneamente em 7 sindicatos da cidade), agiam na mais completa impunidade. Apesar da PSP e os órgãos de poder (CR inclusive) conhecerem perfeitamente o tipo de actividade a que estes elpistas se dedicavam (é ver o relatório de Guenther Waltraff sobre a sua estadia no Norte do nosso país) nunca nada foi feito com vista à sua captura.

Prova disso é o facto da PSP de Braga ter à sua disposição os mais diversos elementos inculpativos de vários componentes dessas autênticas quadrilhas que, no entanto, somavam e seguiam com toda a espécie de atentados criminais e políticos e no mais completo à vontade.

Ao que parece, para este procedimento não seria estranho o facto de os mais destacados elementos desses bandos terem conhecimento de algumas práticas policiais menos legais (corrupção, subornos, etc.) e com o qual faziam chantagem em relação aquela corporação de «forças da ordem» ou, ao menos, em relação a alguns dos seus «agentes».

Entre estes bandos fascistas, ganhou notoriedade o já célebre dos «Corrécios». Trata-se de uma quadrilha animada por quatro irmãos (os Corrécios) e que movimentava activamente cerca de 40 elementos reaccionários de entre o círculo de militantes e simpatizantes do CDS do sítio (como foi também comprovado por Gunther Waltraff, que com eles contactou variadas vezes).

A impunidade destes elementos era tal, e dos Corrécios fundamentalmente, que depois das suas acções terroristas (nocturnas e não só) em relação

a militantes progressistas, antifascistas ou revolucionários, logo se apresentavam num conhecido café central da cidade gabando-se do feito combinando o seguinte.

Os factos são conhecidos: militantes de esquerda vezes seguidas impedidos de colar ou fazer propaganda nas ruas da cidade ao serem interceptados por automóveis carregados com esses fascistas, que o Corrécios-mor comandava, que agrediam sadicamente esses camaradas, chicote em punho, matracas, correntes, e de arma apontada (pistolas de guerra «Parabellum») os obrigavam a entornar a cola e lhes inutilizavam o material de colagem e os cartazes de propaganda.

Outros métodos também foram relatados (acções bombistas, rajadas de metralhadora) — tudo isso sobre edifícios que a direita e os fascistas, os seus par-

tidos, odeiam rancorosamente.

E isto é bom que fique bem vincado: todas estas acções tinham o beneplácito e eram bem vistas e aplaudidas pelas forças partidárias da direita, que nelas viam um prolongamento da sua política. É aliás significativo que, apesar de sempre andarem a dizer que condenam todas as violências e actos de terrorismo que atentam contra a democracia, não se tenham ainda pronunciado, finalmente, acerca da recente prisão de 4 dos corrécios (entre eles o seu chefe), que foi efectuada por agentes, e isto é também significativo, alheios à corporação da PSP daquela cidade.

Mas estejamos atentos, que o processo ainda agora vai começar. Há que exigir o seu avanço para então ficarem bem a claro toda a espécie de relações que estas actividades encobriam.

CONSTRUÇÃO CIVIL Um plano de luta

«A Obra» — Jornal unitário dos trabalhadores da construção civil

Por iniciativa de um grupo de trabalhadores da construção civil, apareceu o primeiro número de «A Obra», publicação unitária que pretende organizar à sua volta um conjunto alargado de trabalhadores do sector.

Este primeiro número é preenchido com um programa de luta para a construção civil, salientando-se ainda um artigo que aponta para os GDUP's como meio para reforçar o trabalho de unidade, defendendo a criação de um GDUP socio-profissional do sector.

Transcrevemos o programa de luta:

OBJECTIVOS

1.º A luta pelo Contrato Colectivo Vertical

A luta pelo contrato é a luta por melhores salários, mas é mais do que isto, é também: a luta pelo emprego, e para acabar com os contratos eventuais a prazo incerto; é a luta pelo subsídio de férias e 13.º mês; é a luta pelo complemento dos subsídios de doença e das pensões por acidente, doença ou velhice; é a luta pelo pagamento de subsídios de deslocação em refeições, transportes, alojamento e dias de licença suplementares; é a

luta por melhores condições de trabalho, por melhores refeitórios, dormitórios e vestuários; é a luta por melhores condições de formação profissional.

2.º A luta pelo Controle Operário

A luta pelo Controle Operário é fundamental para que a reconversão do sector não seja feita à custa duma maior exploração de nós, trabalhadores.

Para isso temos que lutar para que se dê crédito às empresas em crise, ou se exija a intervenção do Estado; temos que lutar pelo controle de toda a actividade das empresas de mo-

do a impedir a sabotagem do patronato e do governo; temos que lutar contra a concorrência, entre nós trabalhadores e pela garantia do emprego, exigindo que as obras sejam distribuídas por nós e não pelos habituais concursos; temos que lutar contra o decreto de controle da gestão, que tenta pôr-nos a colaborar com patrões e governo na nossa própria exploração.

A NOSSA LUTA POR UMA FORTE ORGANIZAÇÃO

A maioria de nós, trabalhadores da Construção Civil, viemos dos campos, mudamos constantemente de obra e de companheiros, trabalhamos em pequenas e médias empresas e encontramos-nos desempregados por largos tempos.

Por tudo isto temos dificuldade em nos organizar e unir para a luta.

A nossa organização faz-se principalmente no

Sindicato, porque só nas grandes empresas é que existem Comissões de Trabalhadores. Nós vemos que em muitos dos nossos locais de trabalho não existem delegados sindicais e não há informação do que se passa. Nós vemos que existe pouca democracia no modo de actuar da direcção do nosso sindicato, só assim se pode explicar que a Comissão Negociadora do C.C.T. tenha desmobilizado a greve aprovada em Assembleia, sem convocar nova Assembleia.

A luta para dar mais força à nossa organização tem que ser como objectivos:

- A luta pela verticalização do Sindicato, criando um Sindicato único para todo o ramo da Construção Civil, que represente todos os profissionais que trabalham no ramo;
- A luta pela sindicalização de grande número de trabalhadores que ainda não estão sindicalizados;
- A luta por um Sindi-



cato democrático e de classe, que assente a sua força na organização nos locais de trabalho e na participação dos delegados sindicais e que assente a sua linha na defesa firme dos interesses da classe operária;

— A luta pela organização por zonas do grande número de desempregados do sector;

— A luta pela ligação entre a organização e a luta nos locais de trabalho e nos locais de habitação normal dos trabalhadores da Construção Civil, que

são os bairros pobres e os bairros de luta. Lutar nas empresas pelos nossos direitos, lutar nos bairros pelo direito à habitação.

Temos que eleger delegados sindicais em todos os locais de trabalho. Temos que fazer das Assembleias a força da nossa unidade. Temos que lutar pela democracia nas nossas organizações sindicais e de classe, para podermos avançar unidos na luta pelo socialismo.

IMPRENSA DE ESQUERDA

ALGO ESTÁ ERRADO!

... Nos últimos tempos tem surgido boa quantidade de jornais de esquerda: dois semanários — «Gazeta da Semana» e «19 Ponto Zero Zero»; um diário «Página Um» e ainda um outro diário, que por enquanto é semanal, «25 de Abril do Povo».

Este desenvolvimento da imprensa de esquerda é, em si, um bom sinal. Reflete o facto de a esquerda ter recuperado a iniciativa, novas forças e novo ânimo, após ter saído bastante abalada da derrota do 25 de Novembro. Reflete também o aumento de consciencialização e mobilização de largas camadas do povo para a luta, que, sobretudo após a campanha de Otelo, cortaram com a direcção reformista e procuraram uma alternativa capaz de conduzi-los à vitória na luta por uma socie-

dade mais justa.

Porém este recente avanço da esquerda só foi possível porque contou com o preenchimento de uma condição muito importante — a unidade. Foi a congregação de esforços de todos quantos, estão dispostos a lutar consequentemente contra o capitalismo e a exploração que tornou possível o êxito da campanha de Otelo — conquista de votos em sectores normalmente hesitantes (eleitores PS) e o relegar do PC para uma posição subalterna.

Assim perguntamos: estará esta proliferação de jornais de acordo com os ensinamentos das lutas dos últimos meses? **A resposta só pode ser negativa.** Desde modo, queira-se ou não, apenas se consegue dispersão de esforços superior à capacidade actual e ainda

se vai criar uma concorrência entre os vários jornais, que os torna a todos inviáveis.

Num momento em que o trabalho da campanha eleitoral se prolonga tendo por objectivo um congresso dos GDUP's que dê corpo a uma forte frente de massas, teria sido possível neste campo um esforço paralelo, unindo todos quantos desejam fazer uma informação do povo e para o povo, nomeadamente os antigos trabalhadores da Rádio Renascença e do «República», bem como muitos trabalhadores progressistas que têm vindo a ser afastados dos jornais estatizados em consequência do curioso pluralismo do Ministério da Comunicação Social.

Com base neste material humano, ligando-se estreitamente às fábricas, aos

bairros e aos quartéis poderia ter nascido um jornal que amplas massas de trabalhadores sentissem como seu, gozando de forte apoio e de viabilidade (mesmo financeira).

E esse jornal constituiria um importante contributo para a unidade que temos de construir. Mas não foi isto que aconteceu.

E o que está a acontecer demonstra incapacidade. Incapacidade de ultrapassar as pequenas divergências, os sectarismos. Assim, em nome da «máxima correcção revolucionária» se acaba prestando um mau serviço ao povo e à causa da revolução.

Entre revolucionários, as divergências discutem-se, os erros corrigem-se.

Não estaremos ainda a tempo de alterar a actual situação?

BREVE

RELATÓRIO AO 25 NOV.

Afirmar que o preto é branco nunca fez mudar as cores...

Sairam os tao especulados anexos do inquérito ao 25 de Novembro. Trata-se de um enorme amontoado de factos (nem todos falsos...) com evidente objectivo político — arranjar um golpe (de esquerda) para justificar o que realmente teve lugar e que foi de direita.

Isto deu grande trabalho e canseira à comissão de inquérito **que até era da confiança de Eanes...**

O método seguido: descrever os passos dos militares de esquerda que, em si, nada têm de anormal, mas onde se insinuam intenções maquiavélicas, ao mesmo tempo omitindo-se quanto diga respeito à movimentação (secreta, provocatória e extra-cadeia de comando) das forças reaccionárias.

Moral do inquerito: **Uteio**, comandante do Copcon, reunido no Copcon com oficiais do Copcon — está a conspirar e trata-se de uma conjura.

Eanes, que não é dos comandos, instalado na Amadora, a chefiar um posto de comando montado secretamente — trata-se de missão normal e patriótica. É com esta lógica que o golpe reaccionário de 25 de Novembro se transforma em contragolpe, contenção ou lá o que é.

No entanto o plano da direita estava feito desde Agosto (como esclarecia orgulhosamente o «Tempo») e fora já apresentado há meses por Melo Antunes a Pinheiro de Azevedo (como este esclarece em entrevista ao «Jornal de Notícias»).

Aliás ele explica também como foi possível levá-lo à vitória: graças às negociações desenvolvidas por Costa Gomes durante todo o dia 25 de Novembro conseguindo assegurar que os trabalhadores não se meteriam nos acontecimentos, como tinham feito em 11 de Março, estragando tudo. «Porque se o fizesse eles ganhavam» — confessa Azevedo.

Destes factos se esqueceu o relatório. Tem memória fraca, a comissão de inquérito nomeada pelo sr. gen Eanes...

EANES

— socialismo original?

Eleito pelo voto de quase metade dos eleitores portugueses, Eanes foi empossado nas suas funções de Presidente da República.

Ao discursar repetiu que defenderá a Constituição «que não deve entender-se como mero quadro de referência» e que «a reconstrução da economia não deve fazer-se em nenhum caso contra os interesses dos trabalhadores». Falou ainda duas vezes na opção socialista do nosso povo, expressa em eleições e na Constituição.

Tudo isto misturado com as afirmações de garantia de autoridade e segurança, de não admissão de poderes paralelos e com a reafirmação do princípio corporativo da conciliação de trabalhadores e empregadores (negação da contradição antagónica entre as classes que motiva a luta sem tréguas que as opõe).

Estas originais teses do novo PR demonstram no mínimo, ingenuidade e utopismo.

Acreditará Eanes que o PPD, o CDS, a CIP, a CAP, etc. o apoiaram para defender a Constituição e a opção socialista? Julgará que os capitalistas vão passar a estar do lado dos trabalhadores?

Depois de tanto se ter falado em via original para o socialismo, tratar-se-ia agora de um socialismo original...

FRACASSO DA MANIFESTAÇÃO

Como apontamento, não queremos deixar de apontar o fracasso da manifestação organizada pelo PPD e CDS que o PS apoiava e não apoiava.

Muito trabalho deve ter tido o repórter da TV para disfarçar o fiasco...

Algumas (poucas) bandeiras do PS. Quanto a PPD e CDS — nada. Decididamente a burguesia que já se sente em segurança, não está para perder uma tarde de praia para ver o general...

POLÍTICA ALMEIDA SANTOS

Informação ou propaganda?

Desde Abril de 74 que a luta pelo controlo da Informação tem sido uma constante e um aspecto importante do processo político português. E pesem embora desajustamentos momentâneos, podemos afirmar que a sua evolução tem acompanhado os avanços e recuos desse mesmo processo político.

No período de enorme afluxo que de imediato se sucede ao 25 de Abril, são saneados os elementos mais reaccionários, sendo os elementos progressistas existentes nos vários órgãos de Informação quem toma a sua direcção. É o período em que os fascistas, apanhados de surpresa tratam de se pôr ao fresco e não oferecem resistência. Neste período, a Imprensa, a Rádio, e mesmo a TV reflectem o avanço revolucionário desempenham, no essencial um papel progressista.

Passada a surpresa, a direita reorganiza-se. Com os grandes jornais do lado do processo revolucionário, a direita (a quem o dinheiro nunca faltou, claro!) funda os seus próprios jornais. Surgem «A Luta», o «Jornal Novo», o «Bandarra», a «Liberdade» e tantos outros.

Com o VI Governo — e acompanhado mais uma vez a evolução do processo político — inicia-se o ataque em forma aos órgãos de esquerda.

O monolitismo e sectarismo dos jornais onde o PC detinha fortes posições serviu de pretexto ao ataque (como exemplo do que é a política PC para a Informação consulte-se o «Diário», afirmação eloquente de como a realidade pode deixar de ser o que é para passar a ser o que o PC gostaria que fosse). No entanto não foi mais do que pretexto. O que a direita (então, pela

voz do PS e PPD) pretendia era ser ela a controlar a Informação. Entretanto era feito em nome do «Pluralismo», palavra chave tanto para os sociais-democratas do PS e PPD como para os que sempre foram fascistas...

ALMEIDA SANTOS/FERREIRA DA CUNHA — A BURGUESIA RECUPERA O CONTROLO

Inicia-se a reestruturação Almeida Santos/Ferreira da Cunha, com episódios memoráveis — a destruição à bomba do emissor de Rádio Renascença e «independência» do emissor do Norte nas mãos da extrema-direita, encerramento do República, campanha orquestrada (com apoio do Governo) por parte de todos os jornais reaccionários.

NOTICIÁRIO ÚNICO — MARAVILHA DO PLURALISMO

O 25 de Novembro dá grande impulso à recuperação do controlo da Informação pela burguesia.

Os saneamentos na rádio e TV são em série. Os elementos progressistas da RR, RCP e EN são substituídos pela actual equipa da Radiodifusão portuguesa, formada à base de retornados. O tão apregoado pluralismo cria a sua maravilha máxima — o **noticiário único**. Mais prático e eficiente para a censura, o Poder restabelece assim o controlo sobre a Informação não escrita.

TV — CENSURA «AD HOC»

Entretanto também os noticiários da TV passam a ser estreitamente controlados. E as autoridades militares que nada têm a ver com a TV já se dão ao luxo de promover inquéritos e

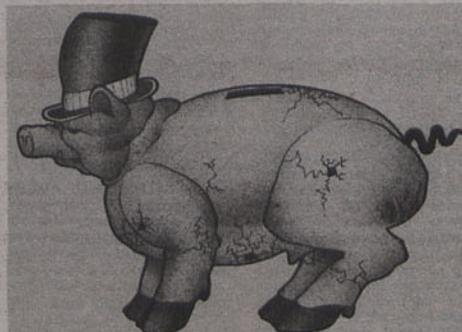
mandar alterar programas que não lhes agradam... (referimo-nos ao recente diferendo com Moraes e Silva a propósito da transmissão do esbanjamento de gasolina por altura do festival da Força Aérea em Sintra).

O único sector que o Governo não domina ainda completamente é o da Imprensa. Por isso surgiu o tal plano de «reestruturação» que visa calar o Diário Popular e o Jornal do Comércio, de modo a estabelecer o controlo absoluto sobre o sector estatizado.

EANES E A CONSTITUIÇÃO

O novo PR mostra concordância com esta prática de controlo da Informação, de modo a garantir que seja instrumento dócil dos desígnios do Poder.

Na conferência de Imprensa que deu na Gulbenkian no dia da contagem dos votos, Eanes, depois de afirmar que todas as medidas que visem reconstruir a economia só aparentemente poderão ser antipolares, sublinharia o «papel patriótico» que cabe à Imprensa de «explicar» aos trabalhadores a necessidade dessas medidas, de mo-



Este quer voltar...

AS MEDIDAS DO GOVERNO E A POLÍTICA DE HABITAÇÃO

O GDUP (Grupo Dinamizador de Unidade Popular) do Fundo de Fomento da Habitação divulgou um documento em que, face às medidas tomadas ultimamente pelo Governo em relação à habitação, entende tomar uma posição e levá-la ao conhecimento de todos os trabalhadores.

Passamos a transcrever, de seguida, os seus aspectos mais significativos:

1. — A HABITAÇÃO ANTES DO 25 DE ABRIL

Estimavam-se em 500 mil fogos as carências de habitação existentes num país em que o rendimento de 60 por cento da população não excedia os 2600\$00 mensais.

Por outro lado, 90 por cento a 95 por cento das casas construídas eram resultado da iniciativa privada, cuja prática de especulação dos terrenos, materiais sujeitos a monopólios, etc., tornavam a habitação inacessível à esmagadora maioria da população.

A especulação sobre os terrenos chegava ao ponto de o seu valor, em certos locais representar tanto como o custo da construção. Resulta daqui que as rendas de casa que surgiam no mercado eram inacessíveis às massas trabalhadoras, que se viam obrigadas a recorrer à sub-locação, construção clandestina ou barracas. Nesta situação eram obrigadas a viver milhares de famílias.

O papel do Estado na produção de casas foi sempre desarticulado e inoperante, mas a iniciativa privada encontrava nele todos os apoios de que necessitava — cobertura legal, financiamento, etc.

Com Marcelo, em 1969 o Governo procurou centralizar num único organismo, o Fundo de Fomento da Habitação, todos os serviços que tinham competência nesta matéria.

O objectivo era «coordenar, promover e executar» a actividade do sector da Habitação. Na prática, este foi mais um dos organismos de fachada, que não funcionou, uma vez que interferia necessariamente com a actividade privada.

Em Outubro de 74, os trabalhadores do F.F.H. no seu «inquérito relâmpago», concluíram que, apesar do crescente aumento do número de técnicos, este organismo era uma enorme máquina burocrática sem capacidade de resposta: apenas tinham sido lançados 288 fogos, completamente feitos por ele, em 5 anos e, para estes, os critérios de atribuição, são muito discutíveis!

Face à esta situação, e devido à crescente consciencialização dos trabalhadores do F.F.H. é exigido ao Governo uma sindicância às actividades do Fundo e dos seus dirigentes e aprova-se em A.G.T. a eleição de uma Comissão Directiva que teria também que promover a reestruturação do F.F.H.

Quanto à primeira exigência, a resposta do Governo foi adiar sucessivamente a sindicância e por fim, nomear uma Comissão de Inquérito com objectivos mais limitados.

Quanto à segunda exigência, desde cedo o Governo limitou a acção da Comissão Directiva eleita a «coordenação e reforma» do organismo.

2. — OS PRINCIPAIS PROGRAMAS DO FFH APÓS O 25 DE ABRIL

— OS AAL.

Após o 25 de Abril e devido às pressões das populações mais carenciadas, alojadas principalmente nos bairros de barracas ou nos bairros degradados das grandes cidades de Lisboa e Porto, o Governo lança um programa destinado a essas populações — o S.A.A.L. — visando dar aos moradores, minimamente organizados, apoio técnico e financeiro para que, através da auto-construção pudessem resolver o seu problema habitacional.

Rapidamente, as populações



Operários da construção civil em greve

ganham autonomia em relação ao aparelho de Estado e, organizados e unidos recusaram a auto-construção (como exploração dos seus tempos livres e por a habitação ser um direito que o Estado tem que garantir) e pressionaram a legalização das suas Associações e Cooperativas, exigindo terrenos e uma política de financiamento.

A luta persistente dos moradores conseguiu assim que o empréstimo para a construção de casas fosse concedido por um prazo de 25 anos com juro de zero a três por cento e que o subsídio a fundo perdido dado pelo FFH chegasse aos 90 contos, contra os 60 inicialmente previsto.

Neste momento as Associações e Cooperativas SAAL lutam fundamentalmente com problemas de terrenos levantados pelas autarquias locais ou pelo próprio Ministério da Habitação e Urbanismo e de concretização dos empréstimos.

O número de moradores envolvidos neste processo é de 12000 em 32000 fogos distribuídos pelos distritos de: Lisboa — 18000, Setúbal — 1900,

Faro — 1100, Aveiro — 900, Porto — 11200.

As Cooperativas de Habitação Económica

Outro program lançado pós 25 de Abril, embora há muito pendente na Secretaria de Estado, é o das Cooperativas de Habitação Económica.

Este programa destinava-se a camadas da pequena burguesia com certa disponibilidade económica e capacidade de aforro que lhes permitisse, através de uma mensalidade, amortizar o empréstimo que o FFH viesse a conceder a um juro de 6 a 8 por cento e ainda o custo da casa que lhes tinha sido atribuída.

Na prática, porque o processo SAAL, pelas suas limitações, não conseguiu cobrir todo o território e ainda porque as populações não viam outra maneira de conseguir casa a não ser através da sua organização e pressão, os que optaram pelas Cooperativas pertencem na sua maioria aos trabalhadores das fábricas dos campos e Pequena burguesia.

Na prática, ainda, o Governo

Os operários constroem os prédios. Quem mora neles?

fogos), de Aveiro (1.046 fogos), de Coimbra (1.100 fogos), de Zambujal (2.064 fogos), de Almada (6.000 fogos), de Setúbal (3.000 fogos).

Estes planos, de promoção directa do Estado, embora iniciados antes do 25 de Abril, vieram a desenvolver-se depois desta data por corresponderem ao maior número de projectos em elaboração pelo Estado e alguns deles com possibilidade de serem executados a curto prazo.

São cobçados pelo grande capital nacional e internacional pelo investimento que representam. Estão por definir os critérios de distribuição e arrendamento dos fogos.

Os contratos de desenvolvimento

Estes contratos surgiram na altura em que se desenhava uma crise aberta no sector da construção civil e tinham como intenção acentuar temporariamente a estrutura das grandes empresas em crise criando-se

sucessivos Governos não puseram em funcionamento o mecanismo das Bolsas de Habitação. Não veio assim a verificar-se uma intervenção e controlo dos órgãos populares de base o que possibilitou que com facilidade neste momento, o Governo através dos Institutos Públicos Imobiliários possa determinar por si, exclusivamente, os termos em que a comercialização irá ocorrer.

No programa dos Contratos de Desenvolvimento calcula-se que até ao fim de 1976 estejam lançados mais de 20.000 fogos.

3. — AS MEDIDAS DO GOVERNO APÓS 25 DE NOVEMBRO

Perante a luta e ascenso do movimento popular, os sucessivos Governos Provisórios vieram-se obrigados a ceder em alguns dos pontos que constituíam a exigência das classes trabalhadoras.

No domínio da habitação, as populações em luta organizaram-se de diversas maneiras — Inter-comissões de bairros pobres, CRAMO (Comissões Revolucionárias Autônomas de Moradores Ocupantes), Associações SALL, etc., tendo como principais objectivos a luta:

— Por melhores condições de habitação

— Pelo abaixamento das rendas de casa (tendo algumas Comissões de Moradores avançado com critérios para estabelecimento de renda-rendimento)

— Pela ocupação de casas devolutas, abandonadas há bastante tempo pelos senhores que não tinham necessidades delas

— Pela exigência de critérios de financiamento para habitação de acordo com a situação económica das famílias

— Contra a especulação de terrenos.

Que é que se verifica neste momento?

a) Medida de política de crédito à habitação

É fácil demonstrar que não serão as populações mais carenciadas quem vai beneficiar desta medida. E isto também porque estando a ser boicotada aqueles programas estatais que podem promover habitação mais barata, abre-se caminho ao sector privado para se relançar na especulação, com garantia de que não encontrará concorrência, e por outro lado poderá contar com as classes que, dispoendo de dinheiro e apoiadas pelas medidas do Governo, facilmente podem adquirir a sua habitação a preços elevados.

b) Criação de Institutos Públicos Imobiliários

Segundo o Governo, estes têm atribuições amplas de planeamento e gestão do parque habitacional nacional.

Numa altura em que as organizações de base dos trabalhadores e moradores, através da sua própria experiência, começavam a tomar em mãos os vários problemas relacionados com a habitação — carências, terrenos, atribuição de fogos, etc. — surgem estes INSTITUTOS.

Que pretende o Governo com eles?

É precisamente impedir a intervenção das populações na resolução destes problemas e, ao mesmo tempo, criar as condições para o «planeamento» e «gestão» das grandes negociações (lucas, subornos, etc.).

E nesta linha que as BOLSAS DE HABITAÇÃO (onde os senhores eram obrigados a ir declarar os fogos devolutos), que estavam em fase de criação e deveriam funcionar junto das populações nas Autarquias Locais, são substituídas por uma nova estrutura — OS INSTITUTOS IMOBILIÁRIOS — que funcionarão centralizadamente, burocraticamente e fora de qualquer controlo das populações.

c) Se por um lado o Governo foi capaz de decretar as medidas que se referiram, não parece interessado em legalizar as ocupações de casas que estavam devolutas e que foram ocupadas pelas famílias em situação mais difícil e que, pela força de acções de despejo, têm sido atiradas para o meio da rua.

4. A REESTRUTURAÇÃO DO FFH.

Como foi analisado anteriormente, os Programas de iniciativa estatal ainda em curso através do FFH, e apesar da falta de apoio do Governo, representam, no sector da construção cerca de 60 por cento da produção de habitação.

Neste momento a alternativa so pode ser:

— ou consolidar a posição assumida pelo Estado,

— ou, novamente, deslocar a iniciativa para o sector privado.

Vejamus qual a opção que o Governo pretende ter:

— Ao apresentar a sua «reestruturação», o Governo não consultou todos aqueles a quem esta reestruturação atinge: trabalhadores (e aqui também se incluem os do FFH) e moradores. Mas não terá o Governo nos Gabinetes, ouvido e registado as «sugestões» das várias epressas associadas em torno da ANEOP (Associação Nacional dos Empreiteiros de Obras Públicas)?

— Que reestruturação é esta que reparte o FFH em três organismos?

— Um para planear, coordenar e gerir o parque habitacional (INSTITUTOS IMOBILIÁRIOS)

— Outros com funções exclusivamente administrativas e de financiamento (o novo FFH)

— E o terceiro, encarregado da execução (Comissão Coordenadora de Estudos Económicos)?

— Ao separar as várias funções — planeamento, administração e execução (que se encontravam reunidas no FFH), terão que se multiplicar os circuitos labirínticos que conduzirão necessariamente a uma estrutura lenta, pesada e burocrática — isto é, sem capacidade de resposta e destinada a não funcionar.

— É assim que o Governo entrega ao sector privado o convite para que se relance novamente nas práticas existentes até ao 25 de Abril.

ANGOLA O Imperialismo, derrotado, não desarma

Com a derrota espectacular dos invasores sul-africanos e zairenses e dos movimentos fantoches FNLA-UNITA-FLEC, o imperialismo sofreu uma derrota histórica, comparável àquela que lhe foi infligida no Sudeste Asiático pelos heróicos povos da Indochina. Com aquela derrota, a correlação de forças no continente africano alterou-se radicalmente. Contra o projecto imperialista de isolamento dos países não alinhados (Congo, Tanzânia, R. P. de Moçambique), prevaleceu o projecto de libertação nacional, fazendo inverter a situação, pela formação de um bloco de países livres de costa-a-costa, conduzindo ao colapso iminente da Rodésia de Ian Smith e ao isolamento a breve prazo do regime racista da África do Sul. O recente massacre dos estudantes negros é um sinal de que o fim da opressão no Sul do Continente começa a antever-se.

Mas a luta será dura e longa. O povo angolano, sob a direcção do MPLA, lutou heroicamente durante 15 anos, até ver o seu país libertado dos inimigos — primeiro o colonialismo português, depois os sub-imperialismos zairenses e sul-africano. Na 2.ª guerra de libertação, e face à derrota dos movimentos fantoches, o imperialismo teve de recorrer à invasão aberta, quando as colunas zairenses e sul-africanas, integrando fascistas portugueses do ELP, com material ultramoderno, pretenderam conquistar Luanda nas vésperas da independência. Mas o 11 de Novembro de 1975 ficou como o dia, não de uma simbólica independência estipulada à mesa das negociações, mas de uma independência real e completa — dia esse de sangue, de luta, de sacrifício e de coragem.

Mas essa vitória do povo angolano só foi possível, perante o enorme poder dos invasores, graças à ajuda de outros povos, que se manifestou pronta e eficaz. Tal como no Vietname, no Laos, no Camboja; tal como em Cuba, na Argélia, na Guiné-Bissau, em Moçambique — em situações embora diferentes, o apoio de países anti-imperialistas foi uma condição indispensável para a vitória das lutas de libertação. No caso concreto de Angola, sem o concurso imediato e em força dos equipamentos militares enviados pela URSS e sem os contingentes de soldados cubanos treinados no manejo desses equipamentos e animados por um internacionalismo militante, o povo angolano teria sido cilindrado pela bota imperialista e sujeito a uma nova fase de opressão e exploração através dos lacaios da FNLA e da UNITA, na sombria perspectiva de ter de prolongar em condições bem mais difíceis do que as anteriores, a sua luta secular de libertação.

Mas o imperialismo não desarma. Embora em posições muito mais recuadas, embora estrondosamente derrotado, prepara-se para novas agressões. É por isso que o presidente Agostinho Neto tem prevenido o povo de que não pode abrandar na vigilância, pois o inimigo continua à porta, reorganiza grupos armados e prepara novas invasões. É por isso que os voluntários cubanos só abandonarão totalmente Angola quando as FAPLA estiverem em condições de suportar por si só a defesa do território. É por isso que o povo, angolano organiza activamente um exército nacional capaz de fazer frente a qualquer nova invasão.

MAS O IMPERIALISMO TEM OUTRAS ARMAS

Mas o imperialismo não recorre apenas aos ataques armados. O arsenal à sua disposição é imenso. E está neste momento a utilizá-lo abundantemente. Por um lado, a sabotagem económica, por outro a calúnia e a intriga — armas aliás utilizadas não só contra Angola, mas também contra a R. P. de Moçambique, como contra qualquer povo que decida lutar por uma independência completa e construir uma sociedade nova.

Com o êxodo dos retornados e as invasões estrangeiras, Angola foi vítima de uma verdadeira pilhagem: fuga de capi-

tais, retirada de quadros técnicos, destruição de instalações e culturas, boicote das importações e das exportações, etc., etc. Perante a extrema gravidade dos problemas e a imensidão das tarefas, a luta pela reconstrução nacional vai ser dura e prolongada, como o foi a fase da luta armada de libertação. Reconstrução não só económica, como política e social, ela vai processar-se na construção de uma sociedade nova, na qual os duros sacrifícios das guerras de libertação encontram a sua razão de ser e que ponha termo à exploração do homem pelo homem.

As grandes contradições desta nova fase da luta estão à vista. As sequelas de um colonialismo secular não se anulam de um dia para outro, como o obscurantismo, o tribalismo, o racismo, o despotismo — cuidadosamente praticados e alimentados pelo sistema colonial. A agudização da luta de classes, provocada pela tomada de consciência de largas camadas proletárias e pelas ambições de uma burguesia nacional ávida na substituição dos antigos senhores. As necessidades de organização de um território imenso e de recuperação do sistema produtivo frente à angustiante falta de quadros políticos e técnicos. A construção do poder popular perante a urgência das tarefas da reconstrução, a vigilância face às manobras dos inimigos e às exigências da luta.

Estas contradições só poderão ser superadas pelo povo angolano na perspectiva revolucionária da construção de uma nova sociedade. E é a esta gigantesca tarefa que o MPLA meteu ombros, com a mesma determinação com que conduziu tenazmente as lutas armadas de libertação. A anunciada transformação em partido irá dotar o glorioso movimento dos meios necessários para responder à tarefa histórica de vanguarda revolucionária do povo angolano nesta fase da luta.

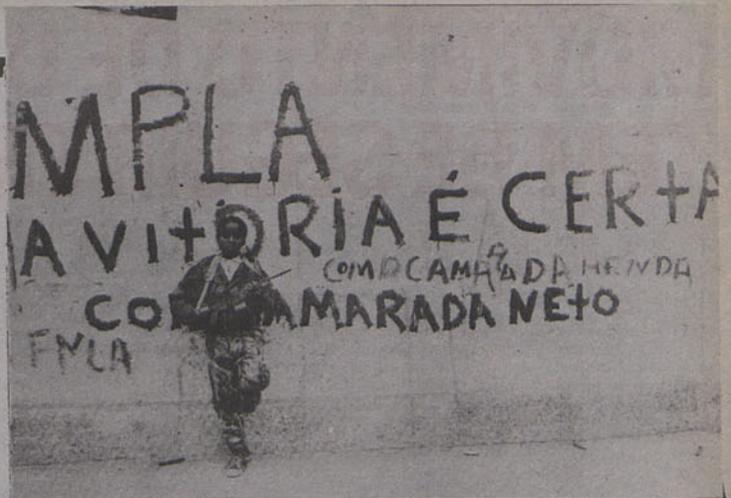
Mas estas contradições são aproveitadas pelo imperialismo e por todos os inimigos do MPLA na sua campanha de intrigas e calúnias. Inventam-se acontecimentos, ignoram-se desmentidos, deforma-se a realidade, repetem-se as mentiras. Para um vasto conjunto de forças políticas, Angola e a luta do povo angolano continuam a ser, como no passado, pretexto para posições partidárias e instrumento na luta de influências à escala mundial, de que essas próprias forças se fazem joquetes.

TAMBÉM A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA FOI DERROTADA

A derrota do imperialismo em Angola foi também a derrota da sectária política da R. P. da China. Aliados do capitalismo oeste-europeu contra o «social-imperialismo» soviético, amigos do fascista Pinochet, os governantes chineses apoiaram política e materialmente os inimigos do MPLA, especialmente a FNLA. Na mesma linha, esses governantes têm como seu aliado privilegiado em Portugal o PPD e como seus agentes locais o PCP-ml, estando neste momento a decorrer uma visita de delegações destes partidos à China, juntamente com o PS.

Mas há em Portugal outras forças políticas que pretendem ser reconhecidas pela China como representantes credenciados do maioismo. Uma delas é o MRPP. Todos se recordam da figura grotesca feita por este agrupamento quando da 1.ª visita à China do PCP-ml, enviando imediatamente uma brilhante delegação a Pequim, que não pôde passar do aeroporto e que foi recambiada.

Mas há ainda uma outra força que se reclama do maioismo, que alinha na internacional ML, e que espera um dia poder desalojar o PCP-(M-I) do seu poleiro, vendendo-se reconhecido como o único e verdadeiro partido irmão do PCC em Portugal. Trata-se do PCP (R). Mas para que esse dia chegue, o PCP (R) tem de ter determinadas atitudes, tem de adoptar um determinado comportamento: aceitar, sem qualquer crítica e até fazer sua — a política externa do Estado chinês.



Esta é a única razão que pode explicar a cegueira política, o verdadeiro sectarismo que tem mostrado o PRP (R) nas suas tomadas de posição em relação a Angola e à luta do povo angolano, e que têm levado esta organização às posições mais absurdas. Foi assim que as organizações (m-I) sempre reconheceram a FNLA e a UNITA como movimentos de libertação, recusando-se a ver nestes partidos fantoches instrumentos do imperialismo. Foi assim que na fase mais acesa da luta, quando da 2.ª guerra de libertação, combateram objectivamente o MPLA, pondo-se de fora da solidariedade que em Portugal unia as forças anti-imperialistas contra as que tudo fizeram para impedir a independência de Angola. Foi assim que o PCP (R) assinou uma declaração conjunta com a OCA (Organização Comunista de Angola) «ao lado das gloriosas RP da China e RP da Albânia, bastiões seguros e inquebrantáveis da revolução mundial e do socialismo». Foi assim que, em 11 de Novembro, a UDP, no mais aceso da luta, voltou a insistir na tese dos vários movimentos de libertação e da não interferência naquilo que só ao povo angolano competia resolver, recusando assim um mínimo de solidariedade perante a invasão declarada dos imperialistas. E é assim que um jornal como o recém-chegado «25 de Abril do Povo» ataca e calunia o MPLA, o povo angolano e o internacionalismo militante do povo cubano da forma mais ignóbil, entrando em contradição com posições correctas que tem assumido ao nível da unidade popular no nosso país.

A incongruência destas posições salta à vista. Por elas se vê que não resultam de uma linha política com um mínimo de coerência — ainda que pudesse ser incorrecta — mas de um seguidismo cego. Tão depressa se afirma a legitimidade dos vários movimentos de libertação (como o deputado da UDP Acácio Barreiros em entrevista à «Capital» em Maio deste ano, ao criticar aquilo a que chamou ter-se apoiado um determinado movimento contra outros), como se faz referência ao tipo de facinoras e aventureiros da pior espécie que, nesta última fase, enquadravam as tropas ditas da FNLA-UNITA. Efectivamente, estas organizações, depois de se terem aliado da heróica luta dirigida pelo MPLA — e assim terem estado objectivamente ao lado dos seus inimigos — vêm agora reclamar-se da luta dos patriotas do MPLA e condenam a direcção do Movimento pelo acordo de Nakuruy num artigo cheio de mentiras e erros grosseiros publicados pelo semanário acima referido.

O JULGAMENTO DOS MERCENÁRIOS

Mais uma vez este jornal fez coro com toda a direita a propósito do julgamento dos mercenários, falando em exército de ocupação cubano e coisas do mesmo tipo. A campanha contra RPA deixou assim de ser exclusiva da direita e do capital, o que põe um problema extremamente grave no seio das forças que em Portugal lutam contra a recuperação capitalista e a ameaça fascista.

O crime institucionalizado que representa a existência de mercenários tem de ser denunciado e extirpado. A legitimidade do povo angolano através das instituições por si criadas, de julgar esse cri-

me e de tentar impedir a sua repetição, tem de lhe ser reconhecida por todos aqueles que lutam pela libertação das classes e dos povos oprimidos.

Foi por isso que a Comissão Política do CC do MES, ao iniciar-se o julgamento de Luanda, em telegrama dirigido ao ministro da Justiça da RPA, se declarou ao lado do povo angolano no sentido de se liquidar a criminoso praga do mercenarismo, atentatório da liberdade dos povos.

A grosseira tentativa de assinalar o internacionalismo militante dos combatentes cubanos (já comprovado antes de Angola na Guiné-Bissau e noutros países) ao mercenarismo é lógica como argumento da direita. Mas é intolerável em forças que em Portugal estão ao nosso lado. Ela revela uma incompreensão profunda da luta dos povos contra o imperialismo e é o resultado de um alinhamento internacional que só poderá criar obstáculos às nossas lutas e aos esforços de unidade que estão a ser feitos. O não alinhamento é condição indispensável para a construção de uma frente de luta comum dos revolucionários portugueses, ao mesmo tempo que o é para a construção de laços de solidariedade efectiva com os povos que lutam contra o imperialismo.

AS MANOBRAS DO PCP

Mas as escuras manobras dos reformistas e revisionistas do PCP não podem entretanto deixar de ser denunciadas, pois poderão vir a causar obstáculos a uma activa solidariedade entre os revolucionários portugueses e os revolucionários dos novos países libertados do colonialismo lusitano.

Através de tais manobras, o PCP tem conseguido instrumentalizar parte dos meios de informação para as antigas colónias, dando dele próprio uma imagem que não corresponde à sua prática real no processo político em Portugal.

É assim que, por exemplo, se apresenta como o «partido do Poder Popular», para deste modo se reivindicar de homólogo do MPLA. Foi assim que, neste mesmo país, a candidatura de Otelo quase passou despercebida, dando-se relevo, através de noticiário enviado de Lisboa, à candidatura de Octávio Pato. E foi preciso, para explicar aos leitores os resultados eleitorais, fazer transcrever num dos maiores jornais de Luanda, um artigo inteiro de «O Diário», cheio de mentiras e de calúnias grosseiras.

O exclusivo que o PCP pretende obter em certos níveis das relações com as antigas colónias, constitui pois um perigo de que os revolucionários portugueses devam ter consciência. Mas esse perigo terá de ser encarado como contrário ao sentido das lutas sustentadas pelos povos em causa e ao processo revolucionário em que estão duramente empenhados.

Hoje, como ontem, a nossa atitude só pode ser uma: solidariedade efectiva para com os movimentos de libertação, baseada não num seguidismo demissionário, mas no facto consciente de estarmos do mesmo lado da trincheira. Mas solidariedade que terá de ser crítica e exigente, exactamente por ser faterna. E solidariedade que tem de ser vigilante para denunciar, tudo o que a pretenda desviar ou sabotar, venham de onde vier.

MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR TEM DE SEGUIR EM FRENTE!

Entrevista com Luis Moita

O amplo movimento popular criado à volta da candidatura de Otelo à PR levanta muitas questões que devem ser esclarecidas. A questão da importância da figura de Otelo neste momento — e, consequentemente, a importância da luta a levar por diante para a sua libertação completa e todos os militares progressistas, bem como a reintegração aos seus postos nas FA — e a questão da participação dos partidos políticos no movimento de unidade popular, foram os temas que «Poder Popular» pretendeu abordar, neste número. Fomos assim, conversar com Luis Moita, homem com um longo passado de luta antifascista, anticolonialista e anticapitalista que desde a primeira hora, fez parte da Comissão Nacional de Apoio à Candidatura de Otelo, trabalhando presentemente na direcção provisória do poderoso movimento de unidade popular que prepara o I Congresso dos GDUPS.

CONQUISTEMOS A LIBERDADE COMPLETA PARA OTELO E TODOS OS MILITARES PROGRESSISTAS

PP — Quais são as consequências que a situação de liberdade condicionada, aplicada a Otelo pode trazer, do ponto de vista da organização que surgiu em apoio à sua candidatura e quanto ao papel que Otelo poderá desempenhar no desenvolvimento dos GDUPS?

LM — É sabido no que consiste exactamente essa situação a que ele regressou após ter terminado o prazo da candidatura à PR: não pode deslocar-se para fora dos concelhos de Oeiras e Lisboa, não pode prestar declarações públicas ou intervir em sessões de carácter público sem autorização especial.

Isso é uma coisa de tal maneira inconveniente para a prática dos GDUPS que estes não podem consentir em tal situação.

De facto a pessoa de Otelo é um pólo fundamental de unidade em todo este processo desencadeado a partir da sua candidatura, não apenas como ponto de referência para essa unidade como também como dirigente político, já que a unidade não se pode fazer sem direcção política unificada.

Otelo tem constituído, precisamente, o pólo dessa unidade e dessa direcção política unificada. Daí que o facto de os GDUPS estarem privados do contacto directo com Otelo traga o grande inconveniente para o movimento popular de o privar do seu chefe, digamos assim.

O movimento popular não pode consentir que essa situação se arraste. Houve 800 mil pessoas que votaram em Otelo, o que significa que para uma parte muitíssimo grande do Povo português era ele que devia ser o Presidente da República.

Não se compreende que um homem nessa situação possa estar privado do contacto com essas mesmas pessoas e de toda a dinâmica do movimento popular.

PP — Quais são as formas de luta que a nível central se preconizam para os GDUPS no sentido de ultrapassar esta situação?

LM — O objectivo de conquistar a liberdade completa para Otelo e todos os militares progressistas bem como a sua reintegração nos postos a que têm direito nas FA é hoje objectivo fundamental de luta. Uma luta que há-de ser travada de acordo com as condições concretas em que os próprios GDUPS se encontrem, porque eles próprios hão-de saber descobrir as formas mais adequadas de alcançar esses objectivos.

Isso não exclui que, a nível central, não haja algumas sugestões para o momento e que serão, neste caso, as seguintes:

Geralmente, nas fábricas, nas escolas, nos bairros, em toda a parte onde haja GDUPS deverão ser feitos abaixo-assinados e utilizadas outras formas de protesto para as autoridades civis e militares, no sentido de manifestar o mais alargadamente possível a repulsa dos trabalhadores e do povo por esta forma de repressão que se abate sobre o candidato à PR.

A justiça desta luta tem tanto mais fundamento quanto é verdade que, para além de todos estes motivos que eu disse, o Povo sabe e todos nos reconhecemos, que a privação da liberdade de Otelo se baseia em razões falsas e caluniosas. Isto tem a ver com toda a questão do relatório preliminar do 25 de Novembro que não é se não um enorme, um monstruoso cozinheiro que a burguesia engendrou, servindo-se de estranhas comissões militares de inquérito para caluniar as forças militares progressistas e, sobretudo, para encobrir o golpe militar de direita que se traduziu na liquidação da esquerda militar.

PP — Há já o exemplo concreto do plenário de GDUPS da Moita (realizado no domingo passado na Baixa da Banheira para eleição da Comissão Concelhia) em que foi aprovada uma moção exigindo a liberdade completa para Otelo e todos os militares progressistas e sua reintegração nos postos que ocupavam antes do 25 de Novembro...

LM — Sim. Essa é uma das vias a seguir. Está, aliás, na linha de uma resolução aprovada na reunião de GDUPS à escala nacional, feita há cerca de quinze dias no Técnico.

O PAPEL DOS PARTIDOS NA FRENTE DE MASSAS

PP — Uma afirmação que fizeste atrás sobre a questão da direcção política unificada sugere-me nova pergunta. Qual o papel dos partidos políticos e respectivas direcções nessa direcção política unificada? Como se poderá ultrapassar o sectarismo que tanto tem dividido o movimento popular e que tem caracterizado a actuação desses partidos?

LM — A resposta a essa questão exige que recuemos um pouco no tempo. Por um lado recordemos a experiência da FUR, já que falaste em organizações políticas e algumas delas estiveram também envolvidas nessa experiência. E é bom recordar sobretudo os seus limites.



Porque as características que, de certo modo, a definiam como uma frente de organizações políticas e, ainda por cima relativamente pouco elaborada, limitaram a sua prática a uma série de negociações e acordos entre as direcções partidárias para articularem a sua táctica de intervenção em determinadas fases do processo político. Pouco mais foi do que isso.

O papel das organizações políticas que apoiaram a candidatura de Otelo nessa campanha eleitoral e no movimento posterior a ela é totalmente diferente. Para já, elas uniram-se no apoio a uma nova proposta política que vinha do Otelo e, ainda por cima essa proposta política desencadeou um enorme apoio de massas, um fortíssimo avanço do movimento popular. Daí que o papel das organizações políticas tenha que ser visto em função destes dois pólos: o pólo Otelo, por um lado; o pólo movimento popular, por outro. Ou seja: não é por acaso que se definem politicamente os GDUPS e o movimento que eles constituem, como uma frente de massas, é justamente para distinguir da frente de organizações partidárias. Trata-se portanto de uma realidade mais alargada que as organizações e que o seu somatório, como é demasiado evidente, quer pela mobilização popular, quer pelos resultados eleitorais, quer pelo procedimento do trabalho dos GDUPS.

De modo que, sendo frente de massas, as organizações estão nela com um papel indiscutivelmente importante, eu direi mesmo fundamental: um papel de contribuição para a direcção política e para o esforço organizativo. É um papel, portanto, decisivo, mas que está longe de ser absoluto.

Isto deve exigir aos membros dos partidos, que desde o início apoiaram a candidatura de Otelo, uma atitude extremamente clara sobre a forma de intervir a este nível. Eles têm de compreender que não podem transpor para o interior dos GDUPS a sua ideologia e disciplina partidárias. Eles têm de transferir para lá o contributo que a sua organização dá a este movimento que é de unidade. O que significa, mais ainda, que eles têm de, desde a terminologia que usam neste trabalho, até à atitude prática que assumem no seio dos GDUPS, tomar a sério estas realidades visto que a sua organização, apoia um movimento que a ultrapassa e que qualquer organização que tenha a veleidade de monopolizar ou de ter qualquer hegemonia sobre os GDUPS, a única coisa que conseguirá com isso será liquidá-los.

PP — E liquidar-se a si própria, até...

LM — Por ricochete...

PP — Embora seja questão a definir no Congresso dos GDUPS, o que é que tem sido pensado a nível da comissão nacional quanto à participação dos partidos nos órgãos de cúpula dos GDUPS?

LM — Neste momento, logo após a campanha eleitoral, constituiu-se a chamada Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular que é uma direcção e uma coordenação à escala nacional dos GDUPS que, pela força das circunstâncias e como é evidente, ainda não pode ser eleita democraticamente. Daí vem a sua designação de provisória e manter-se-á com a actual composição até ao Congresso. É composta por pessoas designadas pelo próprio Otelo e também representantes das organizações políticas que apoiaram a sua candidatura. É importante que se perceba que esta fórmula é de transição, para uma fase de arranque, e que a futura direcção política e organizativa dos GDUPS deverá ser eleita democraticamente em Congresso. No fundo, passa-se com a actual Comissão Nacional, o que, em geral, se passou no trabalho da campanha eleitoral e com a própria constituição dos GDUPS em que, na fase de arranque, as organizações políticas deram um contributo decisivo.



Segundo o provocatório «Anexo ao Relatório do 25 de Novembro» esta imagem será certamente «conspirativa». Trata-se de um comício realizado no Alentejo pouco antes de 25 de Novembro, que contou com a presença do Otelo.

Os milhares de trabalhadores presentes não também conjurados?

Curiosamente, nesta altura, o PCP dava todo o apoio ao «aventureiro e divisionista Otelo».